

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO ROMANCE

"Terras do Sem Fim"

a

Gicélia Lima Azeddine

FEU
21/0
19/10

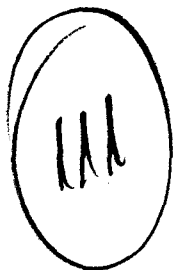
ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO ROMANCE

"Terras do Sem Fim"

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de mes
tre em Educação.

Gicélia Lima Azeddine

Orientador: Elter Dias Maciel



RIO DE JANEIRO
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS

1985

Na realização deste trabalho, conta
mos com a colaboração dos seguintes
órgãos:

- . Coordenação de Aperfeiçoamento de
Ensino Superior - CAPES
- . Instituto de Estudos Avançados em
Educação - IESAE.

Nossos agradecimentos a:

Elter Dias Maciel, pela amizade, apoio e cuidadosa orientação.

Gaudêncio Frigotto, pela cooperação e solícita atenção.

Ahmed, Carim e Leila, pela paciência e compreensão de todas as horas.

Janiza, pelo estímulo e lúcida opinião.

Juan Mariátegui, pela sua valiosa colaboração nos primeiros passos deste trabalho.

Todos os professores, colegas e amigos cuja colaboração, estímulo e amizade nos ajudaram a levar a termo essa tarefa.

S U M Á R I O

	Pag.
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - QUADRO HISTÓRICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA ..	8
1.1 - A Economia Agroexportadora Brasileira no pe- ríodo que antecede a República Velha	8
1.2 - A Nova Burguesia Agrária e a Mudança nas Rela- ções de Produção	13
1.3 - A Proclamação da República faz-se necessária à ascensão do Café	16
1.4 - Repercussões Políticas do Sistema Coronelista	22
1.5 - A Consolidação do Sistema Coronelista	27
1.6 - A Política Econômica Agroexportadora na Bahia e sua Repercussão no Plano Político e Social	29
1.7 - Conflitos e Relações Sociais na Sociedade Ca- caueira	35
 CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DA ESTRUTURA E DAS PERSONAGENS EM <i>"Terras do Sem Fim"</i>	 44
2.1 - As Relações de Trabalho e os Conflitos em <i>"Ter- ras do Sem Fim"</i>	44
2.1.1 - Conflito de Poder	49
2.2 - A Origem Social dos Coronéis	55
2.3 - Movimento Autoritarismo/"Malandragem"	67
2.4 - Transposição da Estrutura Social para o Roman- ce	77
2.5 - A Visão de Mundo de Jorge Amado	90
2.5.1 - O Aspecto Formal em <i>"Terras do Sem Fim"</i>	100
CONCLUSÃO	105
BIBLIOGRAFIA	110

RESUMO

Este trabalho consiste na análise sociológica do romance *"Terras do Sem Fim"*, de Jorge Amado.

Partimos da idéia de que a obra de arte não é apenas um reflexo da realidade mas que ela é capaz de reproduzir um determinado momento desta realidade, apreendendo-o em toda sua complexidade, embora através de sua própria especificidade.

Procuramos portanto ao analisar esta obra captar o princípio estrutural que ordena o mundo ficcional e mostrar de que forma se faz a transposição do plano real ao plano romanesco.

Em *"Terras do Sem Fim"* nos parece que as relações entre as personagens assim como sua trajetória são determinadas pelo princípio do autoritarismo e da "malandragem".

Nesta sociedade cacauzeira do princípio do século transposta para o romance, os coronéis, fazendeiros de café, dominam por meio da violência e da fraude, mas para dar livre curso à sua ambição ou para se realizarem no plano individual, necessitam do concurso dos representantes dos grupos médios (advogados, médicos, funcionários públicos, jornalistas, etc.). Estes de melhor nível educacional, de origem urbana, detentores do "saber" utilizam-se desses trunfos para obterem dinheiro, prestígio social ou fama que os compensem pela sua submissão e lealdade aos coronéis.

Em plano secundário, como na vida real, estão os trabalhadores e pessoas humildes que vivem sob a bota dos coronéis, não tendo maior peso político ou influência sobre os acontecimentos.

Para compreender essa estrutura social baseada na realidade baiana, partimos da análise da sociedade brasileira no período estudado (Primeira República), analisando-a do ponto de vista econômico, político e social.

Procuramos também mostrar como a formação e a vivência do escritor contribuem para a apreensão dessa realidade mas não seriam por si sós garantia dessa fidelidade que é, em última instância, determinada pela sensibilidade e pelo trabalho criador do artista.

RÉSUMÉ

L'objet de ce travail est une analyse sociologique du roman de Jorge Amado: *"Terre Violente"*.

Nous sommes partis de l'idée que l'oeuvre d'art n'est pas seulement le reflet de la réalité mais qu'elle est capable de reproduire un moment précis de cette réalité et de le saisir dans toute sa complexité malgré sa propre spécificité.

Au cours de notre analyse nous avons donc essayé de capter le principe structurel qui régit l'univers romanesque de cet ouvrage et de montrer comment se fait la transposition du plan réel au plan de la fiction.

Dans *"Terre Violente"*, il nous semble que les rapports qui s'établissent entre les personnages de même que leurs destinées sont essentiellement conditionnés par le principe de l'autoritarisme et de la "filouterie".

Au début du siècle, dans le milieu des grands planteurs de cacao, les "colonels", grands propriétaires terriens, exercent leur domination par la violence ou les procédures illégales. Mais pour donner libre cours à leur ambition et satisfaire leurs désirs personnels, ils doivent recourir aux représentants des groupes intermédiaires (avocats, médecins, fonctionnaires, journalistes, etc.). Ces derniers, d'origine urbaine, jouissent d'une formation plus élevée et detiennent le "savoir", atouts qu'ils exploitent pour obtenir à la fois argent, prestige social et réputation en échange de leur soumission et de leur loyauté aux "colonels".

Comme dans la vie réelle, on trouve en toile de fond, travailleurs agricoles et gens humbles qui vivent sous la botte des "colonels" et dont le poids politique et l'influence sur les événements sont insignifiants.

Pour comprendre cette structure sociale fondée sur la réalité de Bahia, nous avons pris comme point de départ l'étude de la société brésilienne sous la Première République en analysant ses aspects économique, politique et social.

Nous avons également cherché à montrer comment la formation et l'expérience de l'auteur lui ont permis d'appréhender cette réalité, sans qu'on puisse toutefois considérer celles-ci comme uniques garants de la fidélité de l'oeuvre, laquelle, en dernier ressort, est le fruit de la sensibilité et du travail créateur de l'écrivain.

INTRODUÇÃO

A idéia de escrever este trabalho me veio há alguns anos atrás, quando me encontrava no exterior e desejava realizar uma tese de mestrado na Faculdade de Letras, da Universidade de Argel, a fim de continuar minhas atividades docentes.

Das primeiras discussões com o Prof. Cantel, e em seguida com o Prof. Juan Mariátegui, encarregados da orientação dos mestrandos, surgiu este tema da análise do romance *"Terras do Sem Fim"*, de Jorge Amado.

Esta escolha veio, em primeiro lugar, do desejo de estudar, dentro do campo da literatura brasileira, um autor cuja ótica e temática estivessem mais próximas das questões sociais, e em segundo lugar, do meu interesse em dar a esse estudo literário um enfoque mais amplo, no qual pudesse incorporar meus conhecimentos anteriores relativos à educação e à sociologia.

Por uma série de circunstâncias imprevistas, aquela primeira idéia ficou apenas esboçada.

Entretanto, já de volta ao Brasil, à medida que aprofundava minha reflexão sobre o tema, crescia-me a vontade de dar prosseguimento àquele trabalho.

No IESAE, ao concluirmos os cursos exigidos como requisito para o Mestrado, quando deveríamos fazer a escolha do tema de dissertação, veio-me, de novo, a tentação de retomar o velho tema.

De posse de um instrumental teórico mais apropriado e com o apoio do Prof. Elter Dias Maciel, achei que chegara o momento adequado para dar prosseguimento àquele antigo projeto.

Antes de explicar os princípios teóricos e a metodologia que procurei utilizar no desenvolvimento deste trabalho, gostaria de lembrar, rapidamente, a importância deste romance no conjunto da obra do autor e na literatura brasileira, em geral.

Trata-se de um romance que retrata a luta que se travou, no começo do século, na região de Ilhéus, pela conquista de novas terras para as plantações de cacau, na Bahia.

Este tema, já tratado anteriormente por J. Amado na obra "Cacau", é desenvolvido aqui de forma mais completa e objetiva e, do ponto de vista literário, conforme a crítica costuma afirmar, de forma mais perfeita e amadurecida.

Considerada uma das obras mais importantes da primeira fase do escritor, já teve, no Brasil, mais de quarenta edições e, no exterior, foi uma das mais divulgadas e traduzidas.

Já foi adaptada ao cinema, ao teatro e à televisão, tanto no passado como recentemente.

Foi publicado em setembro de 1943, quando Jorge Amado deixava seu exílio no Uruguai, em um momento muito especial do contexto político mundial, o que se reflete, sem dúvida, de forma clara no posicionamento do escritor nesse romance.

Como tantas das suas obras, esse livro foi tema de vários trabalhos de mestrado e de doutorado, não apenas no campo dos estudos literários propriamente ditos, mas também no campo dos estudos sociológicos e políticos. A título de exemplo, citarei alguns trabalhos recentes realizados sobre Jorge Amado e sua obra, tanto em universidades estrangeiras como brasileiras.

Em notícia publicada pelo Jornal do Brasil, tomamos conhecimento de que foram realizados, no exterior, os seguintes trabalhos: "Humor Veículo para Comentário Social nos Romances de Jorge Amado", de Bobby J. Chamberlain, tese de doutorado em Los Angeles, em 1975; "Jorge Amado - a Política e o Romance", tese de doutorado no México, por Stephen Vincent; "Exame dos Personagens da Comédia Bahiana de Jorge Amado", de Malcolm N. Silverman; "Jorge Amado Ficcionalista da Bahia - Estudo e técnica narrativa", de Nancy T. Baden, 1971; "Os Pobres e o Simbolismo Social - Exame de Três Romances de Jorge Amado", de Dôris J. Turner, 1967.

Não poderíamos deixar de assinalar, dois excelentes trabalhos sobre Amado, publicados aqui no Brasil: "Jorge Amado: Política e Literatura", de Alfredo Wagner Berno de Almeida e "O Condicionamento telúrico-ideológico do desejo em Terras do Sem Fim", de Lígia Militz, ambos teses de mestrado recentes, que tivemos ocasião de consultar.

A obra de arte, seja livro, filme ou peça teatral pode ser um instrumento privilegiado de estudo da realidade social, sem contar a força do seu poder de comunicação e a riqueza de sua forma de expressão. Quando bem realizada, a obra de arte é capaz de captar de forma mais rica e completa a realidade, talvez de forma melhor do que a obra científica.

Lembramos, de passagem, a riqueza sociológica de filmes recentes como "Gaijin" ou "Eles não usam black-tie".

A análise que tentamos realizar, baseada nos princípios teóricos difundidos sobretudo através das obras de J. Lukács e de Lucien Goldmann, pretende mostrar que é possível apreender neste romance de Jorge Amado um momento histórico importante para a compreensão da evolução de nossa sociedade.

Salientamos aqui as dificuldades que um estudo

sociológico do romance, baseado em tais princípios apresenta, em virtude da recente utilização desta teoria à literatura e do desconhecimento quase total que até pouco tempo atrás existia de tais estudos nos nossos meios acadêmicos.

Por outro lado, estes autores no decorrer de suas atividades e estudos muitas vezes modificaram seu pensamento, corrigindo ou aperfeiçoando determinados conceitos ou posições, o que exigiria uma leitura aprofundada da sua obra.

No entanto, considerados estes limites, tentaremos definir os conceitos básicos que nos nortearam e como, a partir deles, procuramos orientar nossa pesquisa tentando evitar uma transposição mecânica de tais teorias, uma vez que as mesmas foram sobretudo aplicadas à análise de uma determinada literatura, no caso a literatura européia, principalmente a francesa, e num certo período de tempo.

A primeira hipótese que Goldmann desenvolve, baseada na obra "Teoria do Romance", de Lukács, é a de que há uma homologia entre a estrutura romanesca clássica e a estrutura de troca na economia liberal, e um certo paralelismo na evolução de ambas.

O que caracteriza a forma romanesca, para Lukács, é a existência de um "herói problemático" numa procura "demoniaca" de valores autênticos em um mundo também degradado, mas a um nível e forma distintos.

O romance seria a transposição no plano literário da vida cotidiana na sociedade individualista nascida da produção para o mercado. Segundo Goldmann *"na vida econômica, que constitui a parte mais importante da vida social moderna, toda relação autêntica com o aspecto qualitativo dos objetos e dos seres tende a desaparecer, tanto das relações entre os homens e as coisas como das relações entre os próprios homens, para ser substituída por uma relação mediada e degradada: a relação com os valores de troca pu-*

ramente quantitativos".

O que corresponderia na definição da forma romanesca lukacsiana à procura dos valores autênticos pelo herói mas de forma implícita, não manifesta. Uma estrutura desse tipo, segundo ele, não seria fruto da criação individual mas teria necessariamente sua base na vida social de um grupo. O que explica que ela tenha se desenvolvido entre os mais diferentes escritores, em distintos países e no decorrer de um tão longo período.

Essa relação consistiria portanto numa relação estrutural entre o modo de vida na sociedade capitalista (onde as relações entre os homens são mediatizadas pelo valor de troca, isto é, pelo dinheiro e pelo prestígio social) e as relações internas no romance entre as personagens e seu universo, mediatizadas por valores implícitos. Os valores autênticos nunca aparecendo como realidades autênticas, assim como os valores de uso na vida econômica.

Como se daria essa transposição do plano econômico para o plano literário?

Segundo Goldmann uma estrutura tão complexa não poderia ser produto da atividade individual mas se deveria ao esforço de um grande número de indivíduos vivendo os mesmos problemas e procurando solucioná-los. Não se trataria de uma identidade de conteúdo entre a forma de pensar do grupo social e a criação individual, mas de uma coerência, de uma homologia estrutural podendo ser expressa através de criações imaginárias aparentemente muito diferentes do conteúdo da consciência coletiva.

Não haveria necessariamente consciência, por parte do escritor, desta relação entre o mundo imaginário e a realidade. O essencial é que a apreensão feita por ele alcançasse os pontos essenciais da realidade. Essa forma literária é uma forma crítica e de oposição à sociedade capi

talista em desenvolvimento, na qual os valores individuais do liberalismo não encontram mais possibilidade de se manifestarem, da mesma forma como o escritor e o artista tampouco são bem aceitos pela sociedade de mercado.

Um estudo sociológico baseado nestes conceitos de veria portanto num primeiro nível procurar determinar as estruturas internas que regem tanto do ponto de vista do conteúdo, como da forma, o universo da obra literária e, num segundo nível, estabelecer a relação significativa entre este mundo criado e a estrutura social, econômica e política da sociedade no momento estudado.

No nosso trabalho, aventamos a hipótese de que a obra de Jorge Amado "*Terras do Sem Fim*" é uma obra que transpõe com clareza um momento específico da sociedade brasileira, no caso a sociedade do início do século no Sul da Bahia, caracterizada pela economia de exportação cacaueira que lhe confere um caráter particular. Trata-se da visão de uma sociedade agrária de tipo primitivo na sua passagem para uma economia capitalista, na qual se retratam as relações de trabalho e o conflito de poder típicos do sistema coronelista.

Este trabalho está dividido em duas partes. Na primeira procuramos definir o quadro histórico da sociedade brasileira na Primeira República, tentando mostrar as interações do econômico, do político e do social, tanto no Brasil como um todo, quanto na Região Sul da Bahia particularmente, a fim de obter uma visão global que fornecesse os elementos necessários à compreensão da análise da sociedade cacaueira de "*Terras do Sem Fim*". Na segunda parte entramos na análise propriamente dita da estrutura e das personagens da obra, procurando demonstrar que em torno de dois conceitos básicos - o autoritarismo e a "malandragem" - estruturavam-se todas as relações entre as personagens do mundo ficcional, à semelhança do que ocorria no plano real, na sociedade retratada. Procuramos ao mesmo tempo perce

ber como se revela através do romance a visão de mundo de Jorge Amado, fruto de sua formação e vivência pessoais, e tentamos situá-la num plano mais vasto que seria o do mundo intelectual e político ao qual se ligava o escritor naquele momento.

CAPÍTULO 1

QUADRO HISTÓRICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

1.1 - A Economia Agroexportadora Brasileira no período que antecede a República Velha.

O sistema econômico brasileiro baseado na grande propriedade rural e na exportação de produtos primários tem no coronelismo sua máxima expressão, no período que vamos estudar.

Essa situação de país agroexportador leva-o a sofrer, ao longo de toda sua história, de uma série de crises e de uma fragilidade muito grande face ao mercado externo. Mas é sobretudo sua inserção, desde a época colonial, no padrão da divisão internacional do trabalho que marcará os rumos que tomará sua economia ao longo de sua evolução.

O Brasil teve, desde o início, um papel de fornecedor de matéria prima para o comércio internacional, permitindo assim a Portugal auferir a maior quantidade de lucro com o mínimo de custos. Não se tratava portanto de fazer grandes investimentos aqui, de se procurar uma maior produtividade do trabalho, de se diversificar a produção, mas, tão somente, de se encontrar uma estratégia que permitisse à Metrópole assegurar a apropriação do excedente. O caminho encontrado foi a instituição do trabalho compulsório, isto é, do escravismo.

Este fato, segundo Francisco de Oliveira, é responsável pela impossibilidade da divisão social do trabalho no Brasil, pois, associado à concentração da renda, bloqueava a criação de uma economia de trocas ou de produção de mercadorias interna.

Na época colonial, não há um Estado Colonial, mas um Estado Metropolitano que, conforme diz Marcos Kaplan,

"*intervêm diretamente na organização do sistema produtivo e na conformação da estratificação social. Participa da produção através das minas exploradas por administração e das encomendas reais. Outorga doações de terras e encomendas de índios, jazidas e privilégios de mineração, monopólios comerciais, a conquistadores, colonizadores e favoritos. Tem papel decisivo na criação, mobilização e regulação de mão-de-obra forçada - escravidão dissimulada dos indígenas e aberta dos negros... Participa da criação de classes e grupos sociais, na determinação de sua situação, status, funções e limites recíprocos... A Coroa cria uma aristocracia. Estimula seu surgimento, outorga-lhe sólidas bases econômicas, para que atue como eixo, fundamento e salvaguarda do regime colonial, em nome e em favor da monarquia metropolitana.*"

Sobre a formação social colonial divergem os estudiosos quanto a seu caráter capitalista, feudalista ou dualista. Sem querer entrar no âmbito da questão concordamos com L. C. Bresser Pereira que conclui a discussão afirmando "... Em suas relações com o exterior, o latifúndio é uma empresa mercantil, orientado para o comércio e o lucro. Em suas relações internas, o latifúndio é uma unidade econômica quase auto-suficiente, operando em regime de subsistência, na qual o senhor tem amplos poderes, próprios dos potentados pré-capitalistas."

Importa, para o estudo que vamos realizar, sublinhar aqui que a sociedade colonial foi marcada pelo capitalismo mercantil de um lado, e que a classe dominante local se subordinava aos interesses do Estado português, o que distinguirá fundamentalmente este período do que se lhe segue.

A crise das metrópoles, Portugal e Espanha, no século XIX, ocorre no momento em que as colônias já mais desenvolvidas começam a se sentir fortes e querem marchar com seus próprios pés. Com a expansão da sociedade capita

lista, um mercado mais amplo se abre aos países produtores de matérias primas, e as colônias compreendem que podem obter maior parcela de excedente associando-se diretamente aos países capitalistas emergentes.

Desde o final do século XVIII e até metade do século XIX, o Brasil conhece uma fase de estagnação e de decadência. A expansão colonial, à riqueza da produção açucareira, baseada na mão-de-obra escrava, e mais tarde ao fluxo imigratório do século XVIII, que provocou um rápido crescimento demográfico, sucede-se um período de crescimento econômico muito lento.

O processo de independência que se delineia com a crise colonial, na segunda metade do século XVIII, ganha vulto com o estabelecimento aqui do Estado absolutista português, pois o Brasil adquire a preparação administrativa necessária para a vida autônoma.

A revolução portuguesa de 1820, que traz um novo governo preocupado em recuperar uma economia arrazada pelas guerras e pelo fim do monopólio comercial com o Brasil, e dedicado a recuperar os antigos privilégios, vai precipitar o advento dessa nova etapa de nossa história.

Nossa independência é portanto o desfecho de uma luta da classe dominante colonial contra as tentativas de recolonização da metrópole. Não foi um processo unificado e tranquilo. Houve lutas no Brasil inteiro, e particularmente nas províncias da Bahia e do Grão-Pará, onde a presença de um grande número de comerciantes, cujos interesses se ligavam diretamente a Portugal, criava uma forte reação ao novo regime. Nessas províncias, o povo participou ativamente, aliando-se às forças imperiais; no entanto essa participação popular não devia ultrapassar os limites tolerados pela aristocracia agrária e foram logo duramente reprimidos.

Consolidada a separação entre o Brasil e Portugal, coube a D. Pedro I, graças a seu envolvimento nos acontecimentos locais e a sua ligação com a aristocracia rural, garantir a continuidade do regime monárquico.

Continuava inalterado o modo de produção anterior baseado na grande propriedade agroexportadora e no regime escravocrata, apenas saindo fortalecida a classe dominante que podia então defender melhor o excedente obtido na exportação de seus produtos.

A crise econômica fomentadora do movimento separatista recrudesce logo após a independência, em consequência do desequilíbrio entre as importações e as exportações, e em razão dos gastos necessários para a organização e implantação do novo Estado. Para fazer face às despesas são feitos novos empréstimos ao exterior, o que elevará a dívida brasileira a somas muito altas. O pagamento dos juros repercute negativamente na economia e vai acentuar a oposição feita ao Imperador. Os descontentamentos aumentam e surgem inúmeros jornais e pasquins ora a favor dos "exaltados" ora a favor dos "moderados", uns francamente apregoando idéias republicanas enquanto outros lutam pela "constituição sem revolução".

Dois acontecimentos servirão para acentuar a crise econômica e política: a guerra da Cisplatina e a questão da sucessão do trono português.

Todos esses problemas vão canalizar a insatisfação dos proprietários rurais, dos escravos, e das populações urbanas, multiplicando as manifestações populares e as crises políticas que culminam com a abdicação de D. Pedro.

O período que se inicia é ainda mais agitado, acentuam-se as divergências dentro da classe dominante; as classes populares, homens livres empobrecidos, e escravos

acham um espaço para manifestarem sua revolta contra a estrutura vigente. Surgem movimentos e rebeliões por todo o país, a Cabanagem no Grão-Pará, a Balaiada no Maranhão, a Sabinada na Bahia e a Farroupilha no Rio Grande do Sul. Todos esses movimentos são reprimidos violentamente.

Os liberais moderados, representantes da aristocracia rural do Sudeste, em aliança com os mais conservadores ocupam o poder, efetuando apenas pequenas mudanças que não alteram fundamentalmente seus privilégios nem afetam o sistema econômico vigente.

A antecipação da maioridade de D. Pedro II, consolida a monarquia e vai confirmar a aristocracia rural no poder, garantindo a grande propriedade e o trabalho escravo.

Enquanto no campo os senhores rurais dispõem de amplos poderes, nas cidades dominam os grandes comerciantes (ingleses e portugueses), ficando as camadas médias absolutamente marginalizadas.

Influenciados pelas idéias socialistas francesas, amplamente divulgadas na época, os liberais provenientes das classes médias e dos grupos intelectuais vão liderar manifestações e movimentos de rebelião que levam à luta armada, como em Pernambuco, no caso da Revolução Praieira.

A derrota da Revolução praieira é também o fim da agitação liberal e o começo de um período mais "tranquilo" para a monarquia.

Inicia-se também a partir de 1840 um período de tranquilidade econômica. O café, graças à desorganização de seu maior produtor, o Haiti, conhece uma alta de preços, que permitirá ao Brasil que já o cultivava em pequena escala transformá-lo em seu produto básico de exportação, nas próximas décadas.

1.2-A Nova Burguesia Agrária e a Mudança nas Relações de Pro dução

A cultura do café desenvolve-se inicialmente no Estado do Rio, em direção ao Vale do Paraíba, e na região montanhosa da Mantiqueira, espalhando-se em seguida em direção a São Paulo e a Minas. Nessa região, contou com um excedente de mão-de-obra escrava proveniente das regiões das antigas minas. Como essa cultura necessitava um mínimo de capitais, teve assim garantida a sua expansão, mesmo quando os preços internacionais baixavam.

No entanto, à medida que se desenvolve a cultura cafeeira, necessitam os produtores de maiores capitais que cubram os gastos com o aumento do número de escravos para as fazendas e sobretudo que cubram as despesas com a sua manutenção, que a cada dia se torna mais onerosa. O agravamento dessa situação reflete-se no desequilíbrio entre as importações e as exportações, levando a uma crise no setor cafeeiro.

Hã, por outro lado, cada vez mais pressões por parte da Inglaterra no sentido de se extinguir a escravidão, o que irá contribuir para que se encontre uma solução que satisfaça aos cafeicultores e aos seus parceiros comerciais. A abolição da escravatura vai aliviar o ônus com a mão-de-obra escrava e satisfazer aos anseios liberais do capital inglês.

Através da exportação de café, essencialmente, o Brasil vai integrar o quadro da "divisão internacional do trabalho" enquanto fornecedor de matéria prima para os países industrializados. As novas dimensões do parque industrial europeu e o aumento do nível de consumo das suas populações vai garantir um mercado para as exportações brasileiras. Mas o desenvolvimento capitalista necessita, por outro lado, de criar mercados para absorção dos produtos in

dustrializados, o que o levará a investir nos países periféricos, oferecendo empréstimos, abrindo bancos, participando da criação de serviços de infraestrutura como portos, ferrovias, etc. Há, portanto, assim, uma série de fatores que convergem para o fortalecimento da "vocação agrícola" do Brasil. Comparando-se, neste período, importações e exportações, vê-se que um pequeno grupo de produtos brasileiros, café, açúcar, algodão, fumo, cacau, inclinam a balança em nosso favor.

Convém lembrar, entretanto que, se a Inglaterra continua a ser a principal fornecedora das nossas importações, a ela já se aliam outros países, como a Alemanha, os Estados Unidos e a França. E sobretudo ela deixa de ser nossa principal compradora, cedendo lugar aos Estados Unidos. Essas mudanças na ordem econômica vão se refletir naturalmente no plano político.

A expansão da cultura cafeeira vai permitir o enriquecimento rápido da região Sudeste e dar aos grandes proprietários locais maior poder político. A cultura cafeeira, que se expandira inicialmente no litoral do Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, vai se deslocando gradativamente para o Oeste paulista, em virtude do esgotamento do solo, consequência de uma técnica de exploração inapropriada, e até certo ponto em virtude da incapacidade administrativa dos grandes proprietários fluminenses, mais preocupados em ostentar sua riqueza e o seu luxo.

Vai formar-se no interior paulista uma nova classe de fazendeiros mais preocupada com a produtividade da lavoura, introduzindo novas técnicas e procurando organizar melhor sua produção.

Desenvolveu-se, desde o início, em torno da produção do café, um comércio de gêneros para o abastecimento da região e um sistema de transporte para esses gêneros e para o café, que vai permitir a formação de alguns capi -

tais que serão mais tarde aplicados na própria cultura cafeeira.

Essa prática, segundo Celso Furtado, vai distinguir os cafeicultores dos produtores de açúcar que sempre estiveram afastados da etapa de comercialização. Compreenderam os cafeicultores desde cedo, a necessidade de contar com o apoio do governo na sua empresa, e procuraram utilizar-se da política para alcançar este objetivo.

Com sua expansão, restava à agricultura cafeeira resolver o problema fundamental da mão-de-obra. A população escrava, por volta da metade do século XIX, reduzia-se a aproximadamente dois milhões e o recrutamento da população livre rural, dada a organização da agricultura de subsistência, era muito difícil. Essa agricultura era muito dispersa e os lavradores muito presos aos proprietários, em virtude de sua dependência econômica.

A população disponível nas cidades, por sua vez, por se adaptar dificilmente ao trabalho do campo e ao estilo de vida das grandes fazendas, também era considerada inaproveitável. De modo que, os fazendeiros se viram obrigados a recorrer à imigração estrangeira.

A importação de novos escravos tornava-se cada vez mais difícil em razão da guerra movida pela Inglaterra no sentido de extinguir totalmente o tráfico negreiro.

Por outro lado, a queda das exportações de açúcar e algodão levava à decadência dos grandes proprietários do Nordeste que se viam endividados e sem possibilidades de manter seus escravos. A extinção do tráfico seria também uma solução para eles que poderiam dispor de algum capital vendendo ao Sul seu excedente de mão-de-obra. Opunha-se naturalmente à medida a burguesia traficante, que conseguiu resistir às pressões externas e internas durante vários anos.

O comércio de escravos é finalmente extinto em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz. Com o fim da importação dos negros, há uma liberação de capitais que passam a ser investidos na lavoura cafeeira e nas nascentes atividades urbanas. As relações escravistas de produção entram em declínio dando lugar a novas relações que irão marcar outra etapa do desenvolvimento brasileiro.

1.3-A Proclamação da República faz-se necessária à ascensão do café

A Abolição da escravatura irá disparar o processo político que culminará com a Proclamação da República. A introdução do trabalho assalariado tornará mais premente o problema da mão-de-obra nas fazendas de café. Os cafeicultores paulistas dispenderão um grande capital para subvencionar a imigração e exigirão do governo uma maior contribuição neste sentido. Os setores conservadores escravistas, por sua vez, insurgem-se contra esta política.

Inicia-se um período de divergências no seio da classe agrária dominante. Não se trata de conflitos ideológicos mas de conflitos de interesses.

Os cafeicultores lutam pela descentralização da política imperial, que iria atender suas conveniências, enquanto os setores tradicionais defendem a centralização. A política de conciliação levada a cabo pelo chamado "poder Moderador" do Imperador é a garantia do revezamento no poder dos diferentes grupos, naturalmente defendida pelos setores economicamente mais fracos.

No final dos anos 60, essa política conciliatória começa a desgastar-se face à crescente oposição dos liberais.

A economia brasileira começa a diversificar-se;

além do café, desenvolvem-se outros produtos de exportação agrícola como a borracha no Amazonas, o cacau no sul da Bahia. Nos principais centros urbanos surgem novos empreendimentos industriais. São introduzidas inovações técnicas nos diferentes setores econômicos. Nas fazendas paulistas, renova-se o cultivo do café com a aplicação de técnicas mais modernas visando uma maior produtividade de cultura cafeeira. Modernizam-se também os engenhos e usinas de açúcar.

As transformações sociais decorrentes da expansão econômica tornam a república uma necessidade. A centralização política do império, favorecendo os senhores escravocratas, já não corresponde à realidade econômica brasileira.

Em 1870, cede-se o Partido Liberal dando lugar ao aparecimento do Partido Republicano. Este vai arregimentar maiores adeptos sobretudo em São Paulo, no Rio e no Rio Grande do Sul.

Os republicanos são provenientes das camadas médias urbanas, influenciadas pelas idéias positivistas¹ difundidas na época, dos grupos de fazendeiros paulistas, desejosos de uma nova ordem política que os beneficiasse mais e dos setores militares, insatisfeitos com a política imperial e também influenciados pelas idéias positivistas que se propagavam na Escola Militar.

As chamadas questões "religiosa" e "militar" vieram apressar a queda do império que já não tinha ne-

¹A escola filosófica positivista, de Augusto Comte, criada em meados do século XIX, previa no desenvolvimento das sociedades três estágios: o teológico, o metafísico e o positivo, correspondendo, grosso modo, ao escravismo, ao feudalismo e ao capitalismo. No estágio positivo, a humanidade alcançaria seu desenvolvimento baseada no progresso das ciências exatas. Era negada a luta de classes e se partia do princípio de que a ordem era a base para o progresso. Cabia portanto aos militares um papel importante nesta sociedade.

nhum setor em que se apoiar.

É portanto muito ilustrativa a frase de I.R. Matos, ao comentar o episódio da proclamação da República: *"Quando, na madrugada do dia 15 de novembro de 1889, uma revolta militar depôs o ministério liberal do Visconde de Ouro Preto ninguém veio em socorro do velho e doente imperador. A espada do marechal Deodoro da Fonseca abria as portas da República para que por ele passassem os republicanos evolucionistas carregando um novo rei: o café de São Paulo"*.

A heterogeneidade dos elementos responsáveis pela queda do Império irá traduzir-se nas divergências de atitudes e de interesses que se revelam no Governo Provisório e vão se intensificar ao longo de toda a Primeira República.

As diferentes facções representadas pelos elementos que tomaram o poder começam a discordar já na escolha das juntas governativas para os Estados e vão intensificar os seus pontos de divergência ao ser estabelecida a política financeira de Rui Barbosa.

Rui Barbosa, apoiado pela pequena-burguesia urbana, tenta recuperar as finanças públicas por meio de uma política emissionista e de créditos à indústria que é naturalmente mal vista pela burguesia agrária.

O aumento das emissões vai levar a uma febre de negócios que na prática se revelam mais especulativos do que produtivos, provocando o aumento da inflação.

A exacerbação desse processo vai redundar no conhecido episódio do encilhamento que levará à renúncia de Rui Barbosa.

A elaboração da Constituição vai por outro lado

acirrar ainda mais as disputas entre os diferentes grupos que se encontram no poder.

Os grupos civis e militares, liderados por Deodoro, pleiteiam uma maior centralização e o fortalecimento do poder executivo, enquanto os republicanos "objetivos", representantes dos grandes fazendeiros, querem maior descentralização e autonomia para os Estados.

A Constituição promulgada em 1891, copiada da Carta dos Estados Unidos, baseia-se no federalismo, no presidencialismo e no regime representativo, o que significa a vitória das oligarquias estaduais.

As oligarquias representadas na Câmara e no Senado lançam-se numa luta pelo poder que se manifesta durante a primeira fase do governo republicano pelas constantes revoltas e golpes militares, num jogo entre civis e militares que só conhecerá uma pausa no Governo de Campos Sales. Este presidente procura através da chamada "política dos governadores" alcançar a estabilidade necessária para a obtenção de um clima propício às reformas econômico-financeiras que considera necessárias para salvar o país da situação caótica em que se encontrava.

O povo, que esteve ausente no processo de escolha do novo regime, continua ausente no processo de sua consolidação; a célebre frase de Aristides Lobo *"o povo assistiu àquilo bestializado, sem saber o que significava, julgando tratar-se de uma parada"* revela claramente esse alheamento popular.

Somente nas duas últimas décadas da Primeira República é que as camadas médias urbanas e os trabalhadores começam a organizar-se e lutar por seus direitos. Mas, como no passado, serão duramente reprimidos.

O que vai distinguir fundamentalmente este período

do republicano do período anterior é o fato de que estamos agora diante de novas relações de produção; a sociedade brasileira deixa de ser escravagista para ser predominantemente capitalista.

A nova classe agrária dominante deixa de subordinar-se aos interesses do Estado português e passa a ser agora dona do principal meio de produção - a terra -, e mediadora da força de trabalho, contendo em si mesma, segundo a expressão de Francisco de Oliveira, "a virtualidade da acumulação, mas não ainda as condições plenas de sua realização".

Essas limitações decorreriam da especificidade da economia brasileira, produtora de matéria prima para o mercado capitalista internacional.

Grande parte do excedente produzido pela cultura cafeeira não reverterá aos produtores mas será retido pela intermediação comercial e financeira feita pelo capital inglês e mais tarde pelo capital americano.

A utilização do trabalho assalariado vai entre - tanto permitir a formação de um campesinato brasileiro, responsável pela produção dos gêneros de subsistência para as fazendas e para as cidades que se desenvolvem, dando lugar a uma forma de acumulação primitiva, uma vez que a comercialização e o financiamento desses gêneros são realizados internamente.

Francisco de Oliveira esclarece bem esta passagem de um tipo de economia para outro: *"A Primeira República herda, pois, uma economia cujas condições de acumulação e de crescimento haviam sido grandemente potencializadas. Em primeiro lugar, avançam os processos de acumulação primitiva que a nova classe revertia agora "pro duomo suo", e que significavam não apenas a ampliação da posse e proprie*

dade da terra, mas o controle das nascentes trocas entre unidades de produção distintas, desfeita a autarcia anterior, por intermédio de todas as instituições que depois vão caracterizar a estrutura política e social da República Velha, como o coronelismo, o complexo latifúndio-minifúndio, os agregados. Em segundo lugar, a instauração do trabalho livre no coração das próprias unidades produtivas do complexo agroexportador significa uma inversão da situação da economia escravocrata, predominando agora o capital variável e fazendo crescer a rentabilidade das explorações. Quantitativamente, pois, o volume do excedente sob controle dos "barões do café" (assim como dos barões do açúcar e dos outros barões) era, agora, maior que em épocas anteriores."

Estavam assim dadas as condições que iriam permitir a grande expansão da cultura cafeeira entre 1910 e 1925 e possibilitar igualmente o desenvolvimento da incipiente indústria brasileira.

Entretanto o café que permitiu o crescimento e o enriquecimento da nova classe agrária, e na sua esteira o desenvolvimento urbano, irá contraditoriamente causar a sua ruína.

Como a intermediação comercial e financeira do café se faz inteiramente em moeda estrangeira, a libra esterlina, os fazendeiros paulistas, que se encontram no poder, vão impor uma política econômica que consiste basicamente numa política cambial que os favoreça.

Por outro lado, a expansão da lavoura cafeeira exige a melhoria da infraestrutura, estradas, sistema de transportes, que serão igualmente financiados pelo capital externo.

A queda dos preços no mercado externo e o endividamente progressivo vão gradativamente levar a política econômica deste período à inviabilidade.

1.4-Repercussões Políticas e Sociais da Economia Cafeeira

A expansão da cultura cafeeira, no início do século, fará com que o café se transforme no nosso maior produto de exportação, base de nossa vida econômica e social.

A política republicana que leva a classe agrária paulista ao poder já no governo do presidente Prudente de Moraes, consolidará a hegemonia dos estados produtores de café, definitivamente, no governo Campos Sales com a conhecida "política dos Governadores".

Os fazendeiros de café se organizam também no plano econômico desde cedo através da criação do "Convênio de Taubaté", em 1906, no qual definem uma política de valorização, comercialização e fixam mecanismos financeiros para sua produção.

Esboçam-se aqui os sinais precursores da passagem do Brasil de Estado liberal a Estado intervencionista, transformando-se no maior defensor e estimulador da política cafeeira, através do que foi chamado de política de "socialização das perdas".

Essa política de defesa da cafeicultura, baseada sobretudo na compra dos excedentes da produção pelo governo, faz com que os produtores possam sempre se beneficiar de altos lucros, dos quais uma parte é reinvestida na economia cafeeira, levando-a a uma permanente expansão, que entretanto, a longo prazo, irá provocar uma crise insuperável, como ocorre nos anos 30.

Da política de retenção passa-se pelos mesmos motivos à de destruição dos excedentes de café, obtendo-se artificialmente o equilíbrio entre a oferta e a demanda, o que mostra o absurdo a que chegara o sistema econômico no seu afã de sustentar o modelo agroexportador.

Essa política de apoio irrestrito ao setor agrário cafeeiro irá repercutir negativamente no desenvolvimento do capitalismo industrial. Este terá seu desenvolvimento condicionado de certo modo às crises do setor agrário, como nos demonstra claramente F. de Oliveira no seguinte trecho: *"Unicamente em condições de retração drástica de sua capacidade de pagamento externa, e também ante a impossibilidade de contratação de novos créditos externos, é que o Estado lançava mão de seu último recurso, desvalorizando o mil-réis em primeiro lugar, recorrendo à ampliação da dívida interna, seja pela simples emissão monetária, seja por títulos representativos da dívida pública, seja autorizando os bancos privados emissores, seja autorizando os próprios Estados a emitirem títulos. Nessas condições extremas, o Estado criava a "intermediação financeira interna" e abria o passo à concretização da diferenciação da divisão social do trabalho interno mediante um reforço à realização do valor das mercadorias."*

A exacerbação da política agroexportadora vai também prejudicar o avanço da divisão social do trabalho no campo. A adoção do trabalho assalariado cria um campesinato que se dedicará ao cultivo dos gêneros de subsistência para as fazendas e em parte para as cidades, dando origem a uma economia de trocas e a uma forma de acumulação primitiva, que se desenvolverá, entretanto, em virtude da ausência de maior capitalização, de aplicação de novas técnicas de cultivo, do aprimoramento da produtividade, apenas através da renda da terra e da baixa remuneração da força de trabalho.

Não há uma distribuição equilibrada dos recursos obtidos com a expansão agroexportadora pelos diferentes setores econômicos embora haja, como vimos, um mecanismo de sustentação dessa política que, ele, se faz em detrimento dos outros setores econômicos.

No entanto, a concentração de renda da burguesia

agrária e urbana, o aumento do consumo das camadas médias, em decorrência do desenvolvimento urbano, o baixo custo de reprodução da força de trabalho, a facilidade de importação de materiais e a elevação dos preços dos produtos importados, vão permitir, apesar das restrições de que falamos, um avanço em direção à industrialização do país.

Devemos lembrar que o protecionismo não alcançou apenas a economia cafeeira, mas também em determinados momentos volta-se para a indústria nascente, através, por exemplo, de isenções tarifárias para a importação de máquinas e materiais.

Esse protecionismo à indústria se faz através de uma política de favores que fomentará uma série de abusos os quais comprometerão os próprios interesses industriais.

Levantam-se logo protestos e críticas não só por parte dos setores ligados à oligarquia agrária, como também das indústrias não beneficiadas e igualmente daquelas que já estão instaladas e querem afastar os novos concorrentes.

As campanhas de oposição à industrialização são naturalmente ampliadas nos momentos de crise do setor, para desaparecerem nos momentos em que sua expansão traz benefícios para os cofres públicos, através do aumento das taxas de consumo sobre os artigos de fabricação nacional.

Essa passagem de um tipo de economia para outro se faz naturalmente em meio a muitos obstáculos e reações que vão se refletir, ao longo de todo o período republicano, pelas constantes crises políticas, golpes militares, protestos e levantamentos populares, numa agitação permanente que é canalizada através dos diferentes movimentos e correntes ideológicas.

Todos esses movimentos ideológicos ao defender

a transformação social estão difundindo novas idéias e valores, novas formas de pensamento e conduta que vão provocar naturalmente, na parte conservadora da sociedade, mecanismos de defesa.

Assim, por exemplo, em reação aos pregadores da civilização urbano-industrial, aparece o "ruralismo" que procura demonstrar a superioridade dos valores naturais, próprios da economia de base rural, valores como a pureza dos costumes, a vida saudável do campo, etc.

Mas, ao lado das pregações ideológicas, fatores concretos como a imigração e a urbanização terão certamente mais força como elementos capazes de transformar a sociedade.

Ao imigrante europeu caberá a difusão das novas idéias no campo social e uma participação efetiva nas greves e movimentos operários nas primeiras décadas do século.

Estes imigrantes acostumados às lutas proletárias em seus países de origem, ao perceber que as condições de vida aqui eram iguais ou piores que as anteriores, que a exploração do trabalho era idêntica e que não havia nenhuma legislação de proteção ao trabalhador, começam a organizar sindicatos e movimentos de denúncia e reivindicação, procurando conscientizar a classe operária.

Esses movimentos foram violentamente reprimidos e os anarquistas muito perseguidos, sobretudo a partir de 1917.

Washington Luiz, o último presidente da república representativa dos interesses da burguesia cafeeira, simplifica o pensamento da classe dominante ao tratar o problema através da célebre expressão "a questão operária é uma questão de polícia".

Somente à medida que se desenvolve a industrialização e a urbanização, que se criam novas instituições, é que se modificam as mentalidades. Assim, as cidades que foram inicialmente aliadas das oligarquias agrárias irão mais tarde concorrer para a sua destruição.

A industrialização é sem dúvida um dos elementos que mais pesaram para essa transformação social. A uma maior divisão social do trabalho e a uma maior diversificação de funções serão necessárias novas instituições e novas formas de poder.

Pouco a pouco, toda uma parte da população que vivia nas cidades e não dependia diretamente do trabalho da terra vai se liberando da tutela e autoridade dos coronéis.

Mas cabe observar o que diz muito apropriadamente Maria Isaura Pereira de Queiroz, a propósito dessa evolução: *"No entanto, se a dominação clara e visível das parentelas foi sendo comprometida devido à evolução sócio-econômica, o fenômeno não se processou sem acomodações para a sua permanência. Estas acomodações se tornaram possíveis porque as parentelas não se haviam restringido a exercer apenas atividades agrárias; na verdade, suas posses estavam apoiadas em vários tipos de investimentos, de que a fazenda de café ou de criar, de cacau ou de cana, não constituía senão um aspecto. Já vimos a importância que teve o comércio para assegurar a posição, ou promover a ascensão social dos coronéis e de suas parentelas (...) Dominando em parte a grande indústria, o grande comércio, as grandes organizações de serviços públicos ou privados, com membros seus exercendo as profissões liberais, os coronéis e seus parentes, possuidores além do mais de grandes propriedades rurais, se mantiveram nas camadas superiores da estrutura sócio-econômica e política do país, numa continuidade de mando que persiste, em alguns casos, até os nossos dias."*

1,5-A Consolidação do Sistema Coronelista

Vimos que o fato político da República não foi resultado do idealismo de um grupo de intelectuais ou da insatisfação de alguns setores militares, mas que teve sua gênese na transformação por que passou a economia brasileira ao adotar novas relações de produção.

Ao consolidar-se, vai revelar as novas forças que o suscitaram, representadas pela burguesia agrária dos produtores de café de São Paulo.

A nossa realidade de país cuja economia se baseava na exportação de produtos primários não mudara fundamentalmente. O Brasil conservava em seu todo uma estrutura social pouco diversificada. De um lado, tínhamos um grupo de grandes proprietários detentores dos recursos econômicos e do outro, uma grande massa de trabalhadores rurais totalmente dependente destes proprietários. Entre os dois grupos, uma minoria urbana constituída de comerciantes, funcionários e artesãos, e um pequeno número de operários, com um mínimo de participação no poder.

Uma nova ordem política sem partidos organizados, sem tradição e sem conscientização da população não alteraria a estrutura social; e é natural que o resultado imediato tenha sido em vez de uma mudança, a consolidação do antigo sistema social, apenas mudados os grupos dominantes, aos velhos senhores do açúcar, substituindo-se os novos produtores de café.

O novo regime, dando aos Estados amplos poderes para definir o que seria do interesse do município e para eleger ou nomear prefeitos, irá contribuir indiretamente para o fortalecimento do sistema coronelista.

A falta de administradores, de recursos, e o isolamento das vilas e povoações, dão aos chefes locais uma

autonomia total. Esses chefes são os grandes proprietários rurais que dominam econômica e politicamente. Portanto a ausência de autonomia legal dos municípios corresponde o que Victor Nunes Leal chama de "autonomia extra-legal dos Estados", que, através do livre arbítrio, fortalece a política de compromissos, de troca de favores, com a perpetuação da influência social dos chefes locais.

Não tendo acesso direto ao eleitorado dos pequenos lugarejos, os partidos políticos e o Governo do Estado vão depender das lideranças locais, dos coronéis, que por sua vez necessitarão dos cofres públicos, dos empregos, da força policial, etc. estabelecendo-se assim uma relação de reciprocidade.

Os próprios legisladores sujeitos às normas estaduais deixam de utilizar a lei, quando esta pode ir de encontro aos interesses locais e, por extensão, estaduais, garantindo desta forma suas carreiras políticas ou seu progresso profissional.

A garantia dos votos desse eleitorado municipal é obtida, neste sistema, graças à ascendência do coronel sobre a população, ou pelo uso da força bruta, se necessário.

A "política dos Governadores" acentuará ainda mais esse caráter arbitrário do sistema eleitoral através da mecânica de "verificação dos poderes". Como é sabido, o uso de fraude e violência nas eleições era uma prática corrente, e, para atenuar essa situação, mandavam-se os livros eleitorais à Câmara para serem verificados por uma comissão composta de cinco deputados.

Até 1900, essa comissão era presidida pelo mais velho dos seus membros, mas para evitar essa possível margem de incerteza, a nova legislação adota outra fórmula que consiste na escolha do Presidente da Câmara anterior, para

presidir a comissão.

Arma definitiva para afastar a oposição do poder, ela funcionará até 1915, com o aparecimento da Lei Rosa e Silva.

Se no regime imperial, os grupos oligárquicos conheciam certos limites e eram controlados pelo "Poder Moderador" do Imperador, que garantia uma certa rotatividade dos grupos no poder, com a República eles serão definidos apenas pelas lutas políticas cujo resultado é, em última instância, a vitória dos grupos econômica e politicamente mais fortes.

1.6-A Política Econômica Agroexportadora na Bahia e sua Repercussão no Plano Político e Social

O final do século XIX e início do século XX, época retratada na obra que vamos estudar, caracteriza-se, como vimos, por uma mudança importante no sistema econômico brasileiro que irá repercutir profundamente no plano social e político.

É interessante observar que na sociedade baiana, tema do romance "*Terras do Sem Fim*", todos os problemas e contradições decorrentes das mudanças fundamentais nas relações de produção, que se processam neste período, vão se reproduzir praticamente de forma idêntica, embora em plano menor.

Temos na Bahia, na época estudada, uma estrutura sócio-econômica similar à observada no Brasil como um todo.

De um lado, um largo setor agrário dominante, constituído dos antigos senhores, produtores de açúcar, e dos grandes grandes proprietários rurais, plantadores de fumo ou pecuaristas, que vão abrir lugar à ascensão de um novo tipo de fazendeiro, os produtores de cacau. Do outro la -

do, um setor urbano constituído de uma burguesia comercial, ligada ao setor de exportação-importação e de uma classe média em formação, composta de funcionários civis e militares, pequenos comerciantes, artesãos e empregados de comércio, abrindo lugar a uma indústria incipiente, voltada para os bens de consumo.

No plano oposto, temos uma massa trabalhadora rural, constituída dos antigos escravos liberados e dos trabalhadores livres, originários do Nordeste, provenientes dos engenhos decadentes e das pequenas propriedades arrasadas pela seca. E, no mesmo nível, mas nas cidades, temos: pequenos funcionários, vendeiros, um pequeno número de operários e artesãos e um grupo de marginalizados, marinheiros, prostitutas, etc.

Nesse período de transição que estamos analisando, é necessário insistir nas transformações do modo de produção que irão permitir o surgimento dos coronéis, produtores de cacau, e que irão explicar o processo de exacerbação da exploração do trabalhador rural, e a necessidade da nova classe agrária de associar-se a certos setores das classes médias.

Por outro lado, convém salientar que, como se trata de uma economia regional, que se encontra fora dos centros hegemônicos do poder econômico e político será em grande parte influenciada pelo que ocorre nesses centros.

A ascensão da burguesia cafeeira, determinando uma nova ordem política e econômica, fornecerá as condições necessárias para a formação das oligarquias regionais e para a consolidação do sistema coronelista.

A expansão da cultura cafeeira, subordinando os interesses gerais aos seus particulares, irá absorver todos os recursos disponíveis para a região Sudeste, deixando as outras regiões monocultoras, sem condições para se de

fenderem das crises de mercado, ou da pressão do capital externo.

Nessas circunstâncias, a cultura cacaueteira irá retirar seu excedente de um lado, da renda da terra (fator abundante na região) e de outro, da extração da mais valia, utilizando processos de exploração da massa trabalhadora, como o pagamento de baixos salários, a utilização do sistema do "barracão" da fazenda e, em casos extremos, da própria violência física.

É ainda graças ao sistema político adotado, a República federativa, com maior autonomia dos Estados, que no plano regional se fortalecerá o poder arbitrário dos coronéis.

Vejamos mais detalhadamente como ocorrem todos esses processos e como se encadeiam, especificamente na região Sul da Bahia, ponto central do nosso interesse.

A República introduzindo a Federação e o regime representativo, em lugar de promover uma escolha mais justa dos seus governantes, que refletisse melhor a sociedade brasileira, em razão das condições sócio-econômicas existentes, vai levar ao clímax o sistema coronelista como forma de poder político-econômico.

Se, na época imperial, a exigência de um determinado nível econômico (exigia-se do eleitor uma renda anual mínima de 200\$ mil réis) limitava o número de eleitores e valorizava assim o voto, esta situação não se alterou muito nas primeiras décadas republicanas. O número de eleitores não se ampliou muito, pois o nível de alfabetização era muito pequeno. Continuaram sendo eleitores as camadas superiores acrescidas de uma camada inferior alfabetizada, constituída de um grupo de proprietários rurais (pequenos e médios), e de certo número de elementos dos grupos médios: artesãos, pequenos funcionários, pequenos comerciantes.

O poder de barganha do voto persiste. Vota-se em troca de favores (empregos, apoio político e social, pequenas dādivas), ou por coerção, uma prática não excluindo a outra.

A grande massa de trabalhadores rurais e as camadas inferiores urbanas continuam alijadas do processo eleitoral, sem nenhum peso na sociedade. A base da antiga estrutura eleitoral não fora modificada, apenas alargada: os antigos chefes políticos continuaram.

Os antigos coronéis (título obtido logo depois da Independência, com a criação da Guarda Nacional), como eram chamados os chefes políticos locais, permanecem e, mesmo extinta a Guarda Nacional, continuam a ser tratados assim pelas populações.

A força desses coronéis se medirá em função da quantidade de votos de que dispõem. Como os votos são obtidos em troca de favores ou pelo emprego da violência, são os mais ricos que detêm maior poder.

Evidentemente, como afirma Maria Isaura Pereira de Queiroz, a utilização da barganha ou da coerção dependerá da estrutura sócio-econômica da região.

Nas regiões em que predominam proprietários agrícolas do mesmo nível econômico, o uso da barganha é maior. Nas regiões de monocultura exportadora, onde um pequeno grupo domina economicamente, a utilização da coerção é sem dúvida maior. A existência numa região de um único coronel dá-lhe poderes totais, enquanto a presença de vários coronéis disputando o poder permite, naturalmente, uma margem de liberdade maior ao eleitorado.

O que se vê na região Sul da Bahia, nos primeiros anos republicanos, comprova certamente este quadro.

Por outro lado, a classe política baiana continua rã a recrutar seus candidatos nos grupos políticos tradicionais, entre os membros da magistratura, os médicos mais eminentes e as altas patentes militares. São eleitos portanto os filhos das famílias ilustres oriundos, da aristocracia rural ou das camadas altas urbanas cujos interesses se identificam.

Todos estes políticos locais têm vínculos com os grupos políticos federais, civis ou militares.

As campanhas políticas se baseiam na habilidade oratória do candidato ou no bom nome da família, mas se de cidem, em última instância, graças à força política à qual está vinculado o candidato e, em grande parte, graças à ha bilidade na utilização de artifícios legais, e ao estabelecimento de conchavos políticos com os chefes municipais. Cada governador escolhe seu sucessor, mas espera que este o consulte para a escolha de seus secretários e altos funcionários.

O governador eleito, por seu turno, ao sentir-se firme no posto e certo de contar com o apoio federal, procura alçar vôo, libertando-se da tutela dos que o elegeram.

Assim, dão-se os rompimentos e acordos sucessivos ao longo da sucessão governamental baiana, durante o período republicano.

Sucedem-se no poder Luís Viana, Severino Vieira, José Marcelino, J. J. Seabra, ou pessoas a eles ligadas.

Normalmente, os governantes se preocupam apenas em fazer funcionar a máquina administrativa, sem preocupar-se com administrações dinâmicas, grandes empreendimentos ou problemas sociais. Todos querem manter o *status quo*, evitar escândalos ou grandes gastos que venham a desacreditá-los mais tarde junto aos eleitores.

A principal preocupação é a continuidade da carreira política, o essencial é assegurar-se uma cadeira no senado, na câmara de deputados ou, na pior das hipóteses, uma secretaria de estado. Todos procuram o apoio dos chefes políticos do interior que lhes garanta a eleição, mas pouco se interessam pelos problemas municipais, estes são totalmente da alçada dos coronéis.

Para prestigiar seus correligionários preocupar-se-ão apenas em escolher delegados de polícia, juizes, promotores, funcionários públicos que possam prestar serviço aos coronéis.

A imprensa desempenha um papel importante na vida política baiana. As campanhas políticas são feitas pelos jornais que veiculam as notícias e os boatos, os elogios e as críticas, que irão ajudar a decidir os pleitos eleitorais. Cada partido possui seu próprio jornal. Temos assim "O Diário de Notícias" pertencente ao grupo de Luis Viana, "O Diário da Bahia" órgão oficial do Estado, o "Correio de Notícias" de propriedade de Severino Vieira, o "Norte" pertencente ao grupo de J. J. Seabra. Cabe ao comércio também um importante papel político.

Ao longo do mandato dos sucessivos governadores republicanos, vemos os comerciantes da Bahia se aliarem ao governo ou se indisporem contra ele na defesa dos seus interesses, quando se julgam ameaçados por maiores impostos, ou apenas por simpatias políticas.

As repercussões da política federal no plano estadual são muito claras, se analisarmos a sucessão governamental na Bahia durante a Primeira República.

Os primeiros governadores baianos até 1908, são todos da situação, embora às vezes eleitos por coligações partidárias, mas na sucessão de Araújo Pinho (1908/1910), depois de graves dissensões, sobe ao poder a oposição.

Os opositores baianos liderados por J. J. Seabra se haviam aliado ao grupo federal que escolhera o nome do Mal. Hermes da Fonseca para fazer face ao candidato escolhido pelo Presidente Afonso Pena.

Como o Mal. Hermes é eleito para a Presidência, a oposição baiana permanecerá, paradoxalmente, na situação.

Entretanto crises sucessórias como a de 1910, tanto no plano federal como estadual, são facilmente contornadas, pois significam apenas lutas de interesses entre os grupos oligárquicos e não uma ameaça ao regime.

1.7- Conflitos e Relações Sociais na Sociedade Cacaueira

Na sociedade agrária cacaueira transposta para o romance "*Terras do Sem Fim*," nos deparamos com antagonismos e conflitos que marcarão os caminhos que a trama romanesca tomará.

Temos, já de início, o antagonismo que se dá entre os fazendeiros de cacau (donos dos meios de produção) e os trabalhadores rurais privados da posse da terra, e obrigados a trabalhar nas terras dos coronéis.

E, em outro plano, o conflito que ocorre no seio do grupo dominante, entre os coronéis representantes da antiga e da nova classe agrária.

Os primeiros são os descendentes dos colonizadores portugueses de origem nobre, que receberam doações de terras e apoio da metrópole portuguesa para explorar o solo brasileiro. Esses grupos privilegiados continuam aqui um sistema de relações que se aproxima do feudalismo. Por serem representantes da coroa portuguesa, vivem isolados uns dos outros e igualmente distantes da metrópole, detêm um poder total sobre os homens e as terras. São donos e

juizes de tudo. Mas como sempre estiveram próximos do poder, obtiveram seus privilégios e honrarias sem esforço pessoal, comportam-se aqui, dentro da mesma sistemática da classe da qual são oriundos.

Enquanto os segundos, de origem popular, antigos trabalhadores rurais, tropeiros, pequenos comerciantes, nascidos no Brasil, graças a seu trabalho, a sua obstinação, à utilização de recursos fraudulentos ou violentos e em virtude da eclosão da cultura do cacau, num momento em que as mudanças conjunturais lhes são favoráveis, conseguiram desenvolver suas plantações e enriquecer. Suas atitudes e atuação divergem naturalmente das do grupo anterior.

A resolução ou não resolução desses conflitos vai nos mostrar como se processa a dinâmica dessa sociedade, num momento de transição entre modos de produção diferentes.

Para compreender melhor essa questão, vamos verificar como na sociedade cacaueira real, no período transposto, se faz essa passagem.

A região Sul da Bahia, onde se desenvolveu a monocultura do cacau, conheceu nas primeiras décadas do século XX uma luta violenta pelo poder entre os coronéis locais.

As terras do sul baiano tiveram um fraco povoamento no período colonial, sendo em parte destinadas a uma pequena atividade pecuária. Na região litorânea, de clima quente e úmido, desenvolveu-se mais tarde a exploração da madeira e o cultivo do cacau. A área dos planaltos, mais afastada, continuou sua vocação pecuarista.

A intercomunicação entre essas regiões ou com os centros urbanos mais desenvolvidos era praticamente inexistente.

A escassez de mão-de-obra permanece até o final do século XIX, quando se inicia o desenvolvimento da cultura cacauera que irá carrear os fluxos migratórios provenientes do Nordeste, sobretudo de Sergipe e Pernambuco.

Ao começar, a cultura do cacau se fizera em pequenas roças, utilizando a mão-de-obra familiar sem nenhum capital. A medida que ela se desenvolve vai necessitando, visto que o desenvolvimento não se deve à produtividade da cultura, de incorporar novas terras.

Este processo inicialmente é facilitado pela existência de grandes extensões de terras incultas e sem dono. Mas é essa mesma característica que levará mais tarde a processos ilegais e violentos da posse da terra.

O isolamento da região, a ausência de representantes governamentais, a ignorância dos fazendeiros e dos trabalhadores contribuem para a busca de soluções violentas, para os inevitáveis conflitos entre os pequenos e os grandes produtores ou entre grandes proprietários entre eles.

A existência, no início da cultura do cacau, de terras devolutas fez com que se desse pouca importância ao aspecto legal da posse. Mais tarde se criaram as Delegacias de Terra, mas as leis de regulamentação eram dificilmente aplicadas em virtude das dificuldades de medição e da resistência que os posseiros opunham a essas práticas.

Essa legislação irá, por outro lado, favorecer os grandes proprietários, que disporão dos recursos necessários para o pagamento das taxas ao Estado e para contratarem pessoas para a medição e legalização das terras. Sem contar que eles terão maiores recursos para o plantio e para a contratação de assalariados e de jagunços que lhes prestarão serviços de outra ordem.

Se a produção do cacau permitiu inicialmente a formação das pequenas roças e a melhoria dos primeiros co

lonos, à medida que ela se desenvolve, vai eliminando essas pequenas empresas familiares e reduzindo os novos migrantes a simples assalariados das grandes fazendas.

A procura do produto e os altos preços alcançados no exterior dão lucros rápidos aos produtores de cacau. A fama de riqueza de Ilhéus espalha-se pela Bahia e pelo Brasil. Os fazendeiros lançam-se a uma corrida louca para ampliarem suas propriedades. E as terras incultas são disputadas ferozmente.

Inicia-se também o recurso a meios fraudulentos e/ou violentos para a obtenção de novas terras. Aparecem os famosos caxixes (ardil jurídico mediante o qual anulava-se a posse de uma fazenda ou invalidava-se a sua compra), e os advogados são requisitados a peso de ouro. O respeito à lei é uma grande balela.

Nessas povoações isoladas ou nessas fazendas de cacau quem dita as regras são os chefes locais.

Donos das terras e da força de trabalho são além do mais respaldados pelas instâncias do poder superiores (governo estadual, deputados e senadores) aos quais estão ligados por uma política de compromissos mútuos. Em troca dos votos que fornecem, têm garantida a nomeação de juizes, promotores, delegados de polícia, prefeitos, funcionários dos correios, etc., que lhes são favoráveis.

Há liberdade e impunidade para todos os desmandos do coronel se ele estiver com o governo, mas se acaso se encontrar na oposição, então será vítima de perseguições e castigos, o que, aliás, não o impedirá de reagir brutalmente, iniciando-se dessa forma um ciclo de violências.

Os chefes políticos estaduais procuram sempre assegurar um bom entendimento com os coronéis mais importantes, evitando os conflitos que possam abalar seu prestígio

político no nível federal. Em momentos de dificuldade entre o governo estadual e o governo federal, um rompimento a nível local pode inclinar a balança em favor da oposição.

Os grandes coronéis da região são, quase sempre, chefes de um grande clã familiar ou lideram um grupo de coronéis menores. Há uma grande solidariedade no clã ou entre os grupos aliados, e o chefe a ela responde com seu apoio e proteção.

Nessa estrutura coronelista, a ascensão sócio-econômica não depende só da posse da terra e do dinheiro, mas também dos laços familiares, das alianças, das qualidades pessoais de mando, e de terem os indivíduos maior grau de instrução. O sonho de todo coronel é ter um filho doutor. Os altos postos políticos e administrativos estão reservados aos bacharéis. Ter um filho deputado ou nos altos escalões da administração federal é sem dúvida um forte trunfo para um coronel.

A propósito da solidariedade e do conflito na sociedade coronelista é interessante observar o que diz Maria Isaura Pereira de Queiroz em "O coronelismo numa Interpretação Sociológica" - *"Solidariedade e Conflito surgem assim, na sociedade brasileira coronelista e na que lhe fora anterior, como duas faces da mesma moeda, não existindo uma sem a sua oposta, inerente, complementar e recíproca, por mais ambígua e paradoxal que seja a parelha; e porque existem ambas, também existem as violências, que têm por finalidade o aniquilamento, o extermínio do oponente. Solidariedade, conflito, violências foram fatores de "conservação" da estrutura brasileira de parentela, e uma das bases do sistema coronelista. A dinâmica desta sociedade fez com que surgissem amiúde novas parentelas, mas não fez com que estas se transformassem senão lentamente."*

O surto de riqueza trazido pelo cacau é inicialmente responsável pela estratificação das relações sociais

e pelo acirramento das lutas pelo poder. No entanto, na medida em que promove a expansão demográfica, atraindo para a região levas de trabalhadores, de aventureiros, de comerciantes, e que possibilita o nascimento e o crescimento das cidades, irá pouco a pouco trazendo os germes da transformação do próprio sistema.

Coube sem dúvida ao coronel no sul da Bahia promover o desenvolvimento urbano. Esses coronéis, descendentes dos desbravadores ou da aristocracia rural, em pleno apogeu da produção cacaueira, irão fixar-se às vilas e povoados por eles criados. Daí passarão às cidades onde instalarão a esposa e os filhos e para onde canalizarão os recursos oriundos do cacau, procurando para sua posição social e política o prestígio que as cidades maiores proporcionarão.

Assim, por exemplo, Ilhéus, que nos séculos anteriores fora sede de capitania, sede de comarca, foco de interesse dos jesuítas, só irá conhecer um progresso maior quando a produção cacaueira se desenvolve.

Todos os dados reais e as relações entre o econômico, o político e o social, que observamos ao analisar a sociedade cacaueira, no período em que se passa a ação romanesca, estão bem retratadas em "*Terras do Sem Fim*".

O autor não representou apenas esses coronéis prepotentes, autoritários e violentos através de Juca Badarô, Sinhô Badarô, Horácio da Silveira, Teodoro das Baraúnas, Ferreirinha, Maneca Dantas; ou a camada dos homens oprimidos e indefesos, os trabalhadores rurais e as prostitutas, como Antônio Vítor, Damião, Raimunda, Margot, as três Marias, etc.; ou os representantes dos grupos médios, advogados, médicos, jornalistas, como Dr. Genaro, Dr. Virgílio, Dr. José, Dr. Rui, Manoel de Oliveira. Mas, através das suas atitudes, do seu comportamento e de suas ações, nos mostra as determinações históricas que fazem com que o caminho e o destino

dessas personagens não pudesse ser senão aquele.

A luta de vida e de morte pela conquista das terras do Sequeiro Grande entre os Badarós e o Cel. Horácio da Silveira, que culmina com a vitória do último, é o pivô da história. É a luta entre dois grupos de proprietários rurais, o grupo dos remanescentes dos antigos senhores da aristocracia rural, possuidores de terras de prestígio social e político, e o grupo dos novos fazendeiros que provenientes de camadas pobres fizeram seu caminho graças à tenacidade com que lutaram e à ausência de escrúpulos para obtenção de seus fins.

A vitória de Horácio da Silveira é a vitória da nova classe agrária, de uma nova concepção do ganho e do poder.

Nessa luta pela posse da terra, os coronéis utilizam todos os meios, a violência e os ardis jurídicos, mas na forma como os utilizam se evidenciam as diferenças entre os dois grupos de proprietários.

Os Badarós, especialmente Sinhô, o chefe da família, que é no livro claramente descrito como um antigo senhor rural, empregam seus jagunços ou contratam advogados, mas não põem, nisto o mesmo denodo e a mesma garra que o Cel. Horácio. É como se eles ainda guardassem as marcas de um antigo sistema, quando a riqueza e o poder lhes eram outorgados por outras instâncias e não dependiam de seu próprio esforço.

Já o Cel. Horácio, que subiu pelo seu próprio trabalho, não tem hesitações, nem problemas de consciência, sua luta é a luta de um homem que conhecendo os dois lados da vida fez sua opção.

No seu empenho em ampliar suas terras e aumentarem sua riqueza, os coronéis exploram os trabalhadores, to

mam suas terras, pagam-lhes pouco e levam-nos a um sistema de endividamento que os mantêm presos a suas fazendas.

Entretanto, ainda aí, há uma nuance entre os Badarós e Horácio da Silveira. Os primeiros ainda guardam resquícios da ordem escravocrata, muitos de seus empregados são descendentes de escravos, como Damião e Raimunda, ou revelam em seu comportamento traços dessa antiga dependência em relação ao patrão. Há neste relacionamento um lado mais paternalista, como vemos, por exemplo, no caso de Antônio Vítor.

Já os empregados de Horácio da Silveira são mais independentes, sua ligação é apenas de trabalho, o que não impede que sejam tão explorados quanto os primeiros, senão mais.

Outra questão importante para a compreensão deste momento e desta sociedade é a ligação ou interdependência entre os fazendeiros e os representantes das classes médias.

Aos Badarós se unem Dr. Genaro, Dr. Pedro da Mata; ao Cel. Horácio, Dr. Rui, Dr. Virgílio, Dr. Jessé.

Essas ligações são de ordem profissional, ou são uma ponte entre o mundo rural e o urbano, necessárias para a consolidação do poder dos coronéis.

Os advogados e jornalistas vão ajudar a fazer uma imagem desses coronéis que lhes seja favorável tanto junto aos grandes comerciantes e exportadores, como junto à classe política.

São as vantagens que eles vão obter do Estado, a nomeação de juizes e promotores que os favorecem, ou de delegados de polícia que fecham os olhos ou até os auxiliam na utilização da força (os exemplos no romance são numero-

sos), que de certo modo irão compensá-los da flutuação do preço do cacau, que é imposto pelas casas exportadoras (temos no romance a casa Zude, Irmãos & que faz a comercialização e o financiamento do cacau desses fazendeiros).

Esses grupos médios, por sua parte, não prestam serviço gratuitamente, também eles recebem sua compensação.

Todas essas relações e antagonismos em que tocamos aqui serão, entretanto, analisados mais profundamente na segunda parte do nosso trabalho.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DA ESTRUTURA E DAS PERSONAGENS EM

"TERRAS DO SEM FIM"

2.1 - As Relações de Trabalho e os Conflitos em "*Terras do Sem Fim*"

As relações de trabalho, nesta sociedade, se estabelecem entre setores distintos, mas complementares. Em primeiro lugar, temos os coronéis, proprietários da terra e dos meios de produção que detêm o poder econômico e político. Junto a eles, mas em plano dependente, estão os profissionais liberais e representantes das camadas médias que lhes prestam serviços. E, em outro plano, se encontram os trabalhadores rurais, condenados a uma nova forma de escravidão. Não têm direitos, nem têm sequer o essencial para a sua sobrevivência, recebem um salário irrisório, quase sempre já comprometido com aquelas coisas mínimas que são obrigados a comprar no barracão da fazenda. Não têm nenhuma garantia econômica ou jurídica. São, na sua maioria, analfabetos, às vezes sabem assinar o nome, garantia para que votem, nada mais. Não há nenhuma organização social, segurança do trabalho, ou qualquer tipo de assistência social. Não existem médicos, hospital ou escolas. Vivem em choças miseráveis sem as menores condições higiênicas. Trabalham de sol a sol, isto é, de 5h da manhã às cinco da tarde, com uma pequena pausa para comer um prato de feijão com farinha de mandioca e, às vezes, um pedaço de carne seca. Estão sujeitos a várias enfermidades endêmicas como a febre tifóide, a varíola, a ancilostomíase, a peste bubônica, a peste negra, a tuberculose, etc.

O trabalho desses homens é duríssimo, se ocupam não só do plantio, da colheita, mas de desbravar o mato, expostos ao ataque de feras e serpentes venenosas. Só sua coragem e dedicação ao patrão podem trazer alguma melhoria às suas condições de vida. Dependem inteiramente do patrão a quem

devem obediência e respeito.

Tudo está direta ou indiretamente sob o poder do patrão: o juiz, o advogado, a polícia, os médicos, os padres; todos estão a serviço dos proprietários rurais, verdadeiros donos das terras e da gente. Em "*Terras do Sem Fim*", os Badarões (Juca e Sinhô) e os coronéis Horácio da Silveira, Ferreirinha, Maneca Dantas, Teodoro das Baraúnas, representam, como já dissemos anteriormente, esses proprietários rurais. São eles os grandes fazendeiros de cacau da região de Ilhéus.

Logo na primeira cena, vamos encontrá-los na primeira classe do navio, exibindo riqueza e poder. Bebem uísque importado, vinho português, jogam pôquer a preço alto, fazem conquistas amorosas. Mas não esquecem seus interesses, ali mesmo discutem negócios e contratam novos trabalhadores. Comprovam seu status de patrão e de detentores do poder, na maneira mesmo como se apresentam: de revólver no cinto, rebenque na mão, ou da forma como se dirigem aos pobres camponeses e às mulheres que tencionam conquistar.

Neste mesmo navio, na terceira classe, o que já marca bem a diferença econômica e social, encontram-se os peões provenientes de vários estados nordestinos. Dormem em redes ou sobre o soalho, em grande promiscuidade. Muitos vêm acompanhados da família. Velhos, mulheres e crianças, todos se dirigem às terras do cacau, esperando encontrar aí melhor destino. Passam o tempo falando de seus rincões, das dificuldades que tinham em suas terras, dos amigos e da família que ficaram. Cantam canções tristes e falam dessas novas terras, das histórias que ouviram sobre elas, dos crimes, da violência, do sofrimento, mas também do dinheiro, da riqueza que esperam adquirir. Não sabem o que os espera, não conhecem as suas possibilidades e estão à mercê da sorte. A única decisão que lhes coube foi a de largar-se de seus lares, mas, uma vez instalados, cairão nas mãos do patrão, que os explorará até o fim.

Já no primeiro capítulo, se tem um exemplo do tratamento que vão receber dos patrões. Juca Badarô ao dirigir-se a eles, no intento de contratá-los, examina-os como a animais. Verifica suas condições físicas, avalia pélo seu aspecto se são submissos ou se parecem valentes, e, sem dizer-lhes nada, sem nenhuma explicação, os vai contratando ou recusando.

Estes pobres trabalhadores são representados nesse capítulo pela personagem Antonio Victor, trabalha - dor que vem de Sergipe, e, nos outros capítulos, por Da - mião, negro descendente de escravos, cabra dos Badarôs, e por Raimunda, mulata filha de escrava e criada na casa grande. Todos eles, com pequenas diferenças, vivem na mesma pobreza e submissão. Para eles não há escolha, são as fazendas de cacau com o despotismo do patrão ou a fome.

As terras do cacau são terras recém desbravadas, antes matas virgens, territórios despovoados, que neces - sitam de braços fortes e de homens corajosos e resisten - tes. E assim devem ser patrões e empregados.

Efetivamente, também, os fazendeiros são na maior parte oriundos da região, de origem humilde, gente rude que pelo seu trabalho árduo, por meios ardilosos ou violentos conseguiram terras e plantaram cacau, fazendo fortuna rápida. São alguns têm origem social mais elevada, como a família Badarô. Essa diferença de origem vai influir no comportamento das personagens e constitui um dado im - portante no relacionamento entre patrões e empregados, como veremos em capítulo posterior. Sinhô Badarô, por exemplo, demonstra um comportamento mais paternalista com seus empregados que o Coronel Horácio.

Os trabalhadores rurais têm uma relação de de - pendência muito forte com os patrões, conseqüência de um sistema que, forçando-os ao endividamento, mantém-nos ma

nietados, ou que se explica pelos antigos laços servis que ainda permanecem muito vivos na região.

Tomemos como exemplo as três personagens citadas como representativas desta classe. A primeira dessas personagens, Antonio Victor, chega a Ilhêus, cheio de ilusões, pensando em trabalhar para conseguir dinheiro e voltar para sua noiva que ficara em Estância, pequena cidade sergipana. Mas pouco tempo depois está acomodado à nova situação, se endivida, e já não pensa em voltar, chegando até a procurar adaptar-se da melhor forma possível àquela vida adversa. Passa a acompanhar o patrão, é um novo jagunço a serviço dos Badarós. Com isto obtém algumas regalias: trabalho menos duro, um pequeno aumento de salário, uma gorjeta ocasional. Está conformado, serve fielmente a Juca Badarô e seu maior desejo é ficar ali mesmo, e poder casar-se com Raimunda. Esta, por sua vez, também está perfeitamente integrada à família Badarô. Ela é filha natural do velho Badarô e mora na casa grande, onde foi criada; não recebe salário e vive do mesmo modo como viveram sua mãe e sua avó, escravas. Para ela, como para os patrões, parece natural que trabalhe e viva ali, em troca da roupa simples que veste e de algum presente ou pequena dádiva que recebe por ocasião do Natal.

Como a deles, também é a vida de Damião, descendente igualmente de escravos, há muitos anos com os Badarós, é um "cabra" que por sua destreza e lealdade merece atenção especial dos patrões. Inconsciente do mal que pratica, é um homem simples de espírito, amigo das crianças e dedicado ao patrão, por quem tem verdadeira adoração e a quem obedece cegamente. Ao dar-se conta dos crimes que havia cometido para o patrão, e impossibilitado de continuar a ser o mesmo "cabra" que era antes, cai em tal drama de consciência que enlouquece.

Talvez pior do que o destino dos homens é o das mulheres. Além de compartilhar da dura vida do campo sem nenhum conforto, se vêem muitas vezes, logo cedo, sozinhas,

a braços com uma grande filharada. Quando são jovens e bonitas estão à mercê dos patrões e dos capatazes, que abusam delas e as tratam como propriedade sua. Vão depois formar o pequeno exército de prostitutas que se espalha por aqueles vilarejos e cidades, morando nas pontas de ruas, em condições talvez piores do que antes. Para ilustrar essa idéia, o autor nos descreve de forma poética e tocante a história de três irmãs, filhas de um velho camponês, que vivem em um casebre à saída de Ferradas; as três vítimas da mesma sorte. A primeira fora violentada pelo patrão e logo depois abandonada; a segunda, pelo capataz, e a terceira fica ra viúva muito cedo, caindo as três na mesma vida. Homens e mulheres são o bem e a propriedade do patrão, pertencem a ele como as terras e os animais.

Nos cabras do Cel. Horácio, de Sinhô Badarô, ou dos outros fazendeiros pode recair a vingança destinada ao patrão. Arriscam a vida nas emboscadas e tiroteios e, no entanto, esta vida não tem o menor valor; em troca de seu suor e do seu sangue nada recebem, nem pagamento nem respeito.

Entre os dois pólos: camponeses e proprietários rurais, está um pequeno grupo, constituído pelos pequenos proprietários, comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos (professores, empregados da prefeitura, soldados de polícia, etc.), e todos que exercem um pequeno ofício nos povoados. De uma forma talvez menos radical, também obedecem e são dedicados aos coronéis. Necessitam pertencer a um ou a outro clã, a fim de garantir sua segurança pessoal, receber pequenos favores políticos, jurídicos ou sociais que garantam sua sobrevivência.

Em outro plano, mais próximos do grupo dos dominantes, estão os grandes comerciantes, donos das casas exportadoras de cacau, os velhos políticos, os médicos e juristas das cidades grandes, que por sua influência política, têm certa ascendência sobre os coronéis, embora também eles dependam em última instância do "poder" do cacau.

2.1.1 - Conflito de Poder

O poder nessa região está, pois, diretamente ligado à posse da terra. Poder esse que veio de longe, do tempo dos primeiros colonizadores, que, dominando vastas extensões de terra, também tinham os meios para trabalhá-la, instrumentos e escravos, eram os senhores absolutos. Desse primeiros senhores são remanescentes algumas famílias. Estas, na luta de vida e morte pela conquista das terras do cacau, são motivadas não só pela ambição da riqueza, pelo poder político, mas também pelo desejo de conservar essa tradição de grandes senhores.

Assim é o caso da família Badaró, que é motivada não somente pelo desejo de riqueza, mas igualmente pelo amor à terra, aos antigos privilégios.

Mas, no combate que se travará entre eles e os novos proprietários, ganharão os últimos, representados por Horácio da Silveira; o que se poderia traduzir, no espírito do autor, pela vitória da *nova burguesia*, que por sua origem está mais próxima ao povo, e que veria, assim, coroado de êxito o seu esforço de ganhar o poder. Um passo quem sabe para o avanço dos trabalhadores na luta de classes. Não esqueçamos a posição política de Jorge Amado que, na ocasião na qual escreveu a obra, era um militante do PCB e assumia um papel ativo nessa militância, sobretudo como escritor.

Estes novos patrões são homens violentos, sem escrúpulos, sem problemas de consciência, motivados por dinheiro, mas que, não obstante, também amam a terra e vão, graças a seu trabalho, tirar dela o melhor proveito. Nota-se, apesar do realismo cru com que são descritas suas trapagens e suas atrocidades, uma grande simpatia do autor para com esses homens, pela sua coragem e pela capacidade de trabalho e amor à terra e pelo seu desejo de ascensão social.

O Coronel Horácio ao comprar objetos de luxo para sua fazenda, pianos de cauda, copos de cristal, não o faz por amor ao luxo ou ao conforto, mas sabendo que esses objetos - símbolo de ostentação e riqueza - representam a classe social mais alta. Também o amor que ele sente pela terra é de uma outra ordem. Não só pelo que tira dela, mas igualmente porque a conhece, faz parte de sua vivência e de sua experiência, identifica-se com ela. Ao tomar em sua mão o fruto amarelo do cacau, sua alegria é imensa, nele ele vê o resultado do seu trabalho aliado à obra da natureza. Mas igualmente forte é o amor à terra do outro grupo de proprietários, dos descendentes portugueses, visível no prazer da jovem Ana Badaró em viver no campo, em participar de fato daquela realidade; visível na forma com que Juca Badaró se lança à conquista da terra, enfrentando pessoalmente todos os riscos do desmatamento; visível ainda em Sinhô Badaró, que sonha com uma vida amena, em doces paisagens campestres, como aquelas que vê no quadro que se encontra em seu salão, que lhe lembra os campos europeus.

Ao lado destes ricos fazendeiros, estão os comerciantes, os médicos, os advogados, farmacêuticos, padres, funcionários do governo, que em grau diferente podem influenciar esses proprietários, mas que, de uma forma ou de outra, também vivem à sombra das fazendas de cacau, na dependência dos coronéis.

Assim, na região de Ilhéus, tudo pertence às duas famílias, aos Badarós e ao Coronel Horácio da Silveira. Como a riqueza, também deles é o poder político, são eles que elegem ou fazem nomear prefeitos, juizes, delegados de polícia, etc. Os povoados de Tabocas, Ferradas, Itapira, Barra do Rio das Contas, são redutos eleitorais de uns e de outros. Em cada cidadezinha, há dois campos bem determinados - o dos Badarós e o de Horácio da Silveira. Há portanto dois médicos, dois dentistas, duas farmácias, dois advogados, etc., só a Igreja procura aparentar uma certa

neutralidade, muito relativa, pois, também ela, vive dos favores dos fazendeiros locais.

É interessante observar como Amado coloca-se com relação ao papel da Igreja. Embora não o negue, ele se refere à Igreja (aqui nos referimos à Igreja Católica) ora comparando-a aos outros cultos locais, protestantes e "espirítas" e chamando a atenção para o fato que os últimos se ampliam cada vez mais; ora afirmando a falta de religiosidade do povo, as missas desertas, o pequeno número de padres. Sobre os padres, comenta que além de serem poucos, muitos deles se transformam em fazendeiros de cacau, como o Padre Paiva, ou apenas se interessam por dinheiro, como o Cônego Freitas. Nestas páginas críticas encerra seu comentário sobre a Igreja com uma frase irônica: *"A Igreja vivia das mulheres e estas viviam dela, das missas, das procissões, das festas da Semana Santa. Misturavam o comentário da vida alheia com o enfeitar os altares, com o fazer novas túnicas para as imagens dos santos."*

Os profissionais liberais e funcionários graduados são filhos de famílias de fazendeiros ou oriundos da pequena burguesia urbana. Atraídos pela ambição política ou pela riqueza fácil vêm para essas terras servir humildemente os caciques locais.

Temos, assim, ao lado do Coronel Horácio as figuras do médico Dr. Jessê, dos advogados Dr. Virgílio e Dr. Rui. No campo dos Badarões estão o advogado e jornalista Dr. Genaro, o médico Dr. Pedro da Mata, o jornalista Manuel de Oliveira, etc. Todos eles estão de alguma forma comprometidos com estes chefes locais, seja por favores pessoais, seja por um alto salário, e agem quase sempre de forma desonesta.

Os advogados, por exemplo, são muito numerosos na região, pois servem para dar a aparência de legalidade

necessária aos trambiques e aos negócios excusos que envolvem a compra de terras. São conhecidos por seus caxixes, ardil jurídico que utilizam para tomar a terra de alguém. Temos assim o exemplo do grande caxixe realizado pelo Dr. Virgílio, que utilizando uma antiga medição feita pelo finado Mundinho, desconhecida da maioria dos fazendeiros, registra a mata do Sequeiro Grande em nome do Coronel Horácio e de seus amigos, antes que se decidisse a conquista dessas terras.

Como o meio rural, os povoados guardam a mesma dependência em relação aos grandes fazendeiros. Em Ferradas, povoado situado nas terras de Horácio da Silveira, nunca houve um delegado de polícia, pois ninguém conseguiu permanecer no posto. O Coronel Horácio não podendo nomear um dos seus, por se achar na oposição, impedia pela força que qualquer outro o fizesse. Outro exemplo também ilustrativo é o de Tabocas, povoado que por votar na oposição nunca recebeu qualquer assistência pública ou obra social. Enquanto Ilhéus, graças a uma política favorável, goza dos favores públicos e progride rapidamente.

São essas povoações e cidades de eleitorado "assegurado" o melhor caminho para o desenvolvimento de uma brilhante carreira de deputado ou de senador. Servir a um coronel, a um chefe político local, é preparar seu futuro político. Vemos em "*Terras do Sem Fim*", como o jovem advogado da capital, Dr. Virgílio, se desloca para Tabocas, na esperança de enriquecer logo e de se iniciar na política. Como ele próprio declara, em certa passagem do livro, a estrada do Rio passa mais rapidamente pelo caminho do cacau do que pelo oceano em um transatlântico.

A justiça também é uma instituição a serviço dos grandes fazendeiros. Os processos abertos contra um deles ou contra alguém do seu grupo não têm a menor chance de êxito. Na melhor das hipóteses ficamos esquecidos no fundo de alguma gaveta, mas também desaparecem sem deixar o

menor vestígio. Um juiz que dê ganho de causa a um opositor do governo será facilmente transferido para alguma localidade perdida do sertão. Aquele que aceita as regras do jogo irá para as melhores cidades e terá sua carreira assegurada. Por estas razões, não é raro que se resolvam as questões diretamente pela violência. Os exemplos desse costume são muitos na obra. Lembramos, por exemplo, do caso do caxixe preparado pelo Coronel Horácio contra os Badarós, para apossar-se do Sequeiro Grande. A reação dos aliados dos Badarós foi típica. O Coronel Teodoro das Baraúnas, na ausência de Juca Badaró, assume a defesa deste e responde com uma ação de violência, digna dos melhores filmes de faroeste, à desfeita sofrida pelo amigo. Ao tomar conhecimento do ocorrido, o Cel. Teodoro irrompe no povoado, em meio da solenidade que se realizava em comemoração ao dia da árvore, interrompe-a e, em frente dos alunos e das professoras, do Dr. Jessê, o Diretor do Grupo Escolar, urina em cima da árvore, que acabava de ser plantada, e em seguida dirige-se ao cartório que efetuara a transação, atea-lhe fogo diante de todos e se vai.

Outro exemplo deste tipo é a reação que tem Sinhô Badaró ao saber que seu irmão fora assassinado. Conhecendo o assassino, recusa-se a denunciá-lo, como aconselham seus advogados, esperando fazer justiça pelas próprias mãos.

Todas essas violências, assassinatos, vinganças, ficam impunes. Os julgamentos são uma verdadeira farsa, não há testemunhas, nem provas, e o réu sai normalmente absolvido.

Ao final do livro, temos o julgamento do Coronel Horácio, pelo assassinato de Juca, que é descrito como uma verdadeira encenação judicial.

Depois de discursos brilhantes, exibições oratórias dos advogados, num ambiente quase de festa, o réu de

pê, solene, apenas aguarda o veredito, e quando absolvido é carregado nos braços dos seus correligionários, como verdadeiro herói.

Somente uma transformação política é capaz de modificar as relações de poder nessa sociedade. No entanto, aqui mudam-se apenas os chefes políticos, invertem-se as posições, os que estavam na oposição passam a dominar, e os antigos chefes caem, perdendo do dia para a noite todos os privilégios anteriores. Mas a relação fundamental de classe não é mudada, trata-se apenas de um remanejamento dentro da própria classe dominante.

Assim, por exemplo, em virtude de uma mudança política ocorrida na Bahia, por ocasião das lutas finais pela posse do Sequeiro Grande, Horácio da Silveira sai vitorioso. Na realidade, em vista de uma enfermidade de Horácio e do seu isolamento político, os Badarós tinham avançado e já se encontravam a um passo da conquista definitiva, quando sobreveem um câmbio político no Estado, o que modifica sensivelmente a situação. O Governador da Bahia cai, é mandado um Interventor Federal, apoiado na oposição. O Governador demite o Prefeito de Ilhéus, nomeia para o posto o Dr. Jessê, velho companheiro e aliado do Coronel Horácio. São substituídos o juiz e o promotor, e, para o cargo de delegado de polícia, é nomeado Braz, outro fiel amigo de Horácio. A partir deste momento, o Coronel Horácio sabe que sua sorte está mudada. É chamado a um encontro com o Interventor na Bahia e, ao despedir-se do Dr. Virgílio, lhe diz satisfeito "pode se considerar deputado federal, doutor..."

Também os Badarós sabem que sua hora chegou e numa tentativa desesperada se lançam à luta com uma violência de quem já se sabe perdido. Destroem e queimam tudo o que encontram em seu caminho.

Volta Horácio da Bahia e, de forma "legal", põe um ponto final à questão. Envia o Delegado Braz à Fazenda dos Badarões, sob o pretexto de prender o Capitão Teodoro das Baraúnas, acusado enfim de incendiário. Como já era previsto, os Badarões se recusam a entregar o amigo e inicia-se o tiroteio. A polícia ataca e, após renhido combate, no qual sai ferido Sinhô Badarô, Braz avança e toma a fazenda abandonada pelos últimos jagunços. Numa cena muito dramática, na qual aparecem a coragem e o orgulho dos Badarões, a polícia invade a casa e depara-se com um último atirador isolado: Don'Ana, que, abrigada no sótão, os espera de arma em punho. Com um gesto de fidalguia, Horácio ordena a seus homens que não atirem, pois ele não ataca mulheres.

Termina assim, graças a uma reviravolta política, a tremenda luta travada pela conquista de novas terras para o plantio da semente de ouro, o cacau.

2.2 - A Origem Social dos Coronéis

Nessa luta pela conquista de novas terras, os dois clãs fazem uso da força e do arbítrio, mas nas suas atitudes vão se observar as diferenças de origem que os distinguem. Os Badarões, representantes da aristocracia rural, utilizam quaisquer meios para a consecução dos seus fins. No entanto, cabe distinguir entre os irmãos Sinhô e Juca Badarô.

Enquanto o primeiro é o típico senhor rural, de origem portuguesa, uma figura majestosa "parecia um profeta antigo com os longos cabelos que começavam a embranquecer e a barba negra rolando sobre o peito", cuja ambição de riqueza e de poder está mais ligada à manutenção do *status quo* e à conservação das prerrogativas da grande família, o segundo, nascido no Brasil, está mais preso aos valores locais; é o fazendeiro de cacau que quer enrique-

cer mais, assegurar o seu poder político. Guarda no entanto certas características senhoriais, como o respeito à família. Embora discorde do irmão mais velho, reconhece nele o direito de chefiar os irmãos. Não podendo ter filhos legítimos, quer que a sobrinha assegure a continuidade da família. Gosta de ostentar riqueza, gasta somas enormes no pôquer, nos cabarês, com as mulheres. É prepotente e autoritário com relação aos trabalhadores e a todos que lhe são subalternos. Mas está de certo modo mais próximo dos seus homens; ele próprio dirige os trabalhos no campo, ou fica à frente na derrubada da mata, contrata pessoalmente os trabalhadores. É um grande conhecedor de terras e de gente, toma decisões rápidas e não tem maiores escrúpulos, *"toda vez que um se mete na minha frente tem que sair pra eu passar. Tu é meu irmão mais velho e é tũ quem resolve das coisas da família. Tu é que Pai deixou tomando conta de tudo, das roças, das meninas, de mim mesmo. Tu é que tã fazendo a riqueza dos Badarões. Mas eu te digo, Sinhô, que se eu tivesse no teu lugar a gente tinha duas vezes mais terra."* (p. 64).

Em outra passagem, referindo-se a João Magalhães, aventureiro que pretende casar-se com sua sobrinha, ele diz: *"Mediu as terras sem registro no título dele, eu sei que foi pelo dinheiro, não foi por amizade. Mas Don'Ana ele não quer pelo dinheiro, é por amizade. Eu conheço as pessoas tão bem como as terras... Ele tã querendo casar, pode ser que não tenha vintêm, seja limpo, e vã começar. Mas vai com coragem, é melhor que outro que queira descansar..."* (p. 238). Talvez a própria descrição física da personagem nos deixe ver esses dois aspectos que o caracterizam "homem baixo, de rebenque na mão e chapéu Chile".

As decisões e atuações dos Badarões serão, em última instância, resultado de seu modo de ser, de seu temperamento, das diferenças de sua formação. Se a Sinhô repugna "derramar sangue de gente", se tem prazer em olhar os quadros de sua casa, sonhando com a paz dos campos eu-

ropeus, seu irmão, criado na região, acostumado à violência, saboreia a vingança, é cruel "quando tenho raiva de um, sou capaz de cortar ele devagarinho". Sendo Sinhô o chefe da família, quem tem portanto a última palavra, mesmo ao tomarem medidas de cunho violento, estas de certo modo serão minimizadas, em virtude da personalidade de Sinhô.

Há ainda outros pontos ligados à origem ou à personalidade dos Badarós que irão influir mais tarde na evolução dos acontecimentos.

Assim, o recurso aos advogados e aos jornais locais tradicionais. Os gastos financeiros excessivos, seja pela estroinice de Juca (jogo, mulheres), seja para sustentar a qualquer preço o status familiar (a fortuna gasta por Sinhô nos preparativos do casamento de Don'Ana). O apoio irrestrito e a solidariedade de classe (defesa de Totonho das Baraúnas). O orgulho e a auto-suficiência (não procuram associar-se a outros fazendeiros, não se precatam, expõem-se abertamente aos inimigos). O irracionalismo e a superstição (Sinhô tomava suas decisões pela leitura da Bíblia, feita ao acaso; Juca agia mais por impulso do que por reflexão). O distanciamento e o isolamento para com a população local (embora Sinhô seja respeitado e conhecido de todos, vive com sua filha sem nenum contacto com as povoações vizinhas). A menor elaboração e planejamento das ações (elas são em geral a contrapartida de ações do lado oposto).

Já Horácio da Silveira representa um outro tipo de coronel, o novo rico. De origem popular, passou de simples tropeiro a grande fazendeiro, graças ao trabalho árduo, à sua força e ambição, unidas a uma grande habilidade e firmeza de propósitos. E dessa situação inicial decorrerão atitudes e desempenho que lhe assegurarão a vitória final na luta contra os Badarós. Horácio terá a seu favor o hábito do trabalho duro, da ação direta, da auto

ridade e segurança nas determinações. Também utilizará sua habilidade e malícia numa atuação que é refletida e planejada. Por exemplo, ao tomar conhecimento do ataque dos Badarós à fazenda de Firmo (início dos combates do Sequeiro), convoca todos os fazendeiros dos arredores, elabora um plano de ação, convence-os a ficarem do seu lado, através de uma associação de interesses, e prepara-se para a luta. Adota também práticas mais modernas, contrata um advogado jovem da capital para lhe dar cobertura. É um homem sóbrio e econômico, não leva vida de rico, não esbanja, não vende seu cacau prematuramente. O luxo para ele é um meio de galgar posições e de se afirmar socialmente, nunca é gratuito. Casado com uma jovem burguesa da cidade não passa ao mundo dela, mas, ao contrário, é ela que entrará no seu. Dono de grande lucidez e realismo, reconhece seus pontos fracos (sabe-se pouco educado e instruído) mas é seguro e tem confiança em si próprio. Não é religioso, nem apela para superstições ou práticas semelhantes. O amor e a amizade não interferem nas suas decisões. Sem falso orgulho, por ocasião do recrudescimento do combate, adota medidas de precaução e de defesa pessoal (isola-se na sua fazenda, cercado de jagunços).

Há ainda, opondo os Badarós a Horácio da Silveira, um elemento primordial: suas ligações no plano político. Os Badarós no poder há muitos anos são do partido da situação, aliados do governo, de quem recebem todo apoio e cobertura. Assim em Tabocas, Horácio ganhava sempre nas eleições mas nunca era empossado porque estava na oposição: *"Em Tabocas quem era amigo e eleitor de Horácio mantinha sempre uma atitude de hostilidade em relação aos amigos e eleitores dos Badarós. Nas eleições havia barulhos, tiros e mortes. Horácio ganhava sempre e sempre perdia porque as urnas eram fraudadas em Ilhéus. Votavam vivos e mortos, muitos votavam sob a ameaça dos cabras"* (p.136).

Os processos movidos por Horácio não tinham nunca ganho de causa, *"O processo que Horácio fazia correr*

no foro de Ilhéus continuava sem solução. "Correr no foro" era a mais inadequada das expressões jurídicas quando se tratava de um processo de gente da oposição contra gente do governo, como era o caso atual. O juiz estava ali para defender os interesses dos Badarós. E, se não o fizesse, o menos que podia lhe acontecer era o governador do Estado transferi-lo para uma cidadezinha qualquer do sertão, falta de todo conforto, perdida e esquecida de todos onde ele vegetaria anos e anos..." (p. 216). Como o governador, por sua vez, tem vínculos com o poder federal, qualquer desacordo entre esses dois níveis irá repercutir também no nível do poder local. Os Badarós, no final de sua luta com Horácio, têm pressa, pois os rumores de um desentendimento entre o governo estadual e o federal deixam-nos apreensivos: "as eleições se aproximavam, seriam no ano seguinte, e muita gente dizia que era quase certo o rompimento entre o governo do Estado e o governo Federal devido à questão da sucessão presidencial" (p. 217).

Enquanto o Estado apóia e é por sua vez apoiado pelo Presidente, os chefes locais estão tranquilos, a situação pode fazer e desfazer. Mas quando esse equilíbrio se rompe e a oposição consegue estabelecer influências ao nível federal, então tudo pode acontecer e uma reviravolta é de se esperar. É o que acontece neste caso. "E, quando já os homens na mata ouviam o ruído dos machados dos adversários no outro lado do rio, Ilhéus despertou uma manhã com a notícia sensacional que o telégrafo trouxera: As tropas do exército haviam ocupado a cidade, o governador renunciara, o chefe da oposição, que chegara do Rio num vaso de guerra, tomou posse como interventor. Horácio agora era governo, Sinhô Badaró estava na oposição. O telegrama do novo interventor demitia o prefeito de Ilhéus, nomeava o Dr. Jessé para o posto. No primeiro navio vindo da Bahia, chegaram o novo juiz e o novo promotor e, com eles, a nomeação de Braz para delegado do município..." (p. 253).

Este acontecimento irá pôr um ponto final na ár

dua batalha entre os dois clãs, permitindo finalmente a vitória de Horácio sobre os Badarós.

Sentimos desde o início do romance que o princípio que rege essa sociedade é a autoridade desses coronéis, sua força, seu poder, que advêm de uma situação social na qual eles são os donos das terras, os executores das leis, os responsáveis pela ordem social. São homens prepotentes e violentos: várias passagens o demonstram. Mas também são astuciosos e lançam mão de ardis jurídicos, arranjos políticos, pressões através da imprensa. Sinhô Badaró, por exemplo, embora de índole pacífica, não hesita em mandar matar para aumentar suas propriedades. Juca Badaró obriga, arma em punho, seus homens a avançarem na derrubada da mata. Horácio da Silveira é conhecido na cidade como o homem que vendeu sua alma ao diabo. Sobre ele correm rumores de que matara sua primeira mulher, e muitas outras histórias de suas crueldades.

A existência e prática dos caxixes obriga tanto os Badarós como Horácio a recorrerem sempre aos advogados, a fim de suplantarem o adversário. A troca de insultos pelos jornais e a difusão dos desmandos dos adversários é um meio constante de pressão. Mas acima de tudo, garantindo a posição de cada um, está o seu relacionamento político. O respaldo que têm os Badarós junto ao governo estadual lhes garante uma maior liberdade de ação e mais audácia a suas façanhas: *"Todo mundo sabia que o juiz era homem dos Badarós, até roça tinham botado para ele, os Badarós estavam por cima na política, contavam com a justiça"* (p. 67). Já Horácio mantinha-se mais reservado, tinha consciência de sua inferioridade: *"A gente tá por baixo na política, não conta com juiz, precisa de um advogado que entenda das leis."* (p. 103).

Fica também bastante claro que, se o poder econômico está indiscutivelmente nas mãos dos coronéis: *"Essa mata é um fim de mundo, seu doutor, e quem tiver ela é o ho-*

mem mais rico dessas terras de Ilhéus... É mesmo que ser dono de uma vez de Tabocas, de Ferradas, dos trens e dos navios...", ele está indissoluvelmente ligado ao poder político.

Para assegurarem esse apoio de que necessitam, para garantirem suas propriedades, para manusearem esses recursos que não dependem da força bruta, do uso da violência, os coronéis necessitam dos serviços dos advogados, dos letrados, dos representantes das camadas médias. Esses, por sua vez, ao prestarem tais serviços não se contentam em serem bem remunerados, mas utilizam-se dos mesmos como uma forma de alcançarem mais prestígio social ou político, de galgarem novas posições.

Assim em cada cidadezinha temos um médico para cada lado, dois ou três advogados, uma farmácia, um dentista, determinadas casas comerciais. Os amigos e seguidores do Coronel Horácio por exemplo, tratam-se em Tabocas com o Dr. Jessê. Já os aliados dos Badarões ficam com o Dr. Pedro da Mata. Dr. Rui e Dr. Virgílio são os advogados de Horácio, Dr. Genaro é defensor dos Badarões. Com estes, está o jornal "O Comércio", enquanto "A Folha de Ilhéus" está com Horácio. Todas as figuras mais graduadas se posicionam de um ou de outro lado, só a massa pobre acompanha nas vilas a luta entre os coronéis, como simples espectadores, difundindo os boatos, "se deliciando" com os artigos insultuosos que se trocam através dos respectivos jornais.

Ao descrever esses diferentes grupos, Jorge Amado transpõe de forma muito clara suas relações, suas interdependências. Os coronéis já aparecem muito bem delineados desde o primeiro capítulo, são apresentados como homens grosseiros e opressores e fisicamente depreciados.

Assim, por exemplo, Juca Badaró é baixinho, de olhos miúdos. Maneca Dantas é pesadão, gorducho, camisa suada,

mãos pegajosas. Braz é baixo, troncado, tem o rosto cortado por um longo talho de facão. Totonho do Riacho Grande é sombrio, calado, tem um olho vazado, só tem três dedos numa mão. O coronel Horácio da Silveira tem o rosto picado de bexiga, fechado, mãos calosas. Escapa a esse retrato um dos coronéis e um dos protagonistas da história, Sinhô Badarô, que, observe-se de passagem, nunca é chamado de coronel. Mas embora baixinhos, grosseiros, pesados, são valentes, são hábeis, são lutadores e talvez por essas mesmas características se tornem simpáticos ao narrador, embora à primeira vista essa simpatia não transparea. A preservação de sua força e do seu poder exige por um lado uma barganha, uma troca de favores com certos representantes das camadas médias e uma submissão a nível político às autoridades estaduais e federais, assim como uma dependência econômica aos grupos internacionais, através das casas exportadoras, que financiam e compram a produção cacaueira. Vimos, por exemplo, que no desenlace da história, a vitória de Horácio na conquista da mata do Sequeiro, embora se deva a diferentes fatores, é decidida em última instância pela mudança política, que permitiu à oposição subir ao poder. Quanto à derrota dos Badarôs, ela começa quando Sinhô se vê obrigado a vender seu cacau antecipadamente à Casa Zude, devendo aceitar as condições que lhe são oferecidas, e se confirma, quando a situação, que sempre dominou no Estado, é derrotada.

Quanto às personagens que representam os grupos desfavorecidos: os trabalhadores e a gente humilde, são elas secundárias na intriga, embora o autor faça sua denúncia social ao longo de toda a obra. Essas personagens têm no romance um peso menor, são de certa forma marginalizadas como o são na vida real. E não se trata, ao nosso ver, de uma falha da narrativa ou da impossibilidade de J. Amado em se pôr na pele desses homens e mulheres humildes, de trasladar-se ao seu mundo, mas de uma consequência de sua sensibilidade ao tratar a questão. Percebemos atra

vês de uma série de detalhes e de passagens que ele não só conhece esse mundo como se emociona particularmente ao evocar sua miséria, sua exploração. É ao falar neles, mais do que em qualquer outro momento, que sua emoção o leva a uma linguagem puramente poética ou que sua simpatia transparece abertamente numa descrição física ou moral.

No entanto, dentro do enredo, falta-lhes maior densidade, aparecem mais através de episódios paralelos, através de histórias, lendas, cantos. É como se formassem apenas um pano de fundo.

Entre eles se destaca sem dúvida a figura de Antonio Víctor, mas ainda assim sua descrição, demasiado idealizada, tira-lhe um pouco da verossimilhança.

Nas histórias dessas personagens, mas do que naquelas das personagens provenientes das camadas médias, fica evidente a relação de dependência que as liga aos patrões. Em alguns casos essa dependência é total, os indivíduos sequer têm consciência dela, não recebendo nenhuma contrapartida; tudo caminha numa só direção. Em outros casos, chegam a tomar consciência de sua condição, mas há paralelamente o sentimento de sua impossibilidade de lutar contra ela, de fazer qualquer coisa para liberar-se.

Por exemplo, no caso de Damião e de Raimunda, criados dos Badarós, temos dois descendentes de escravos, emancipados "de jure" mas não "de facto". Damião nos é apresentado como "homem de confiança" "devotado como um cão de caça" "delicado em sua rudeza" "não tem ódio de ninguém, nunca fez mal a pessoa alguma" de "risada feliz e sã, inocente como a gargalhada de uma criança". Como vemos o que caracteriza Damião é essa inocência de criança, é essa obediência cega ao patrão. Embora "certeiro na pontaria", já gunço de fama espalhada por toda a Bahia, ele não tem consciência do que faz *"se antes alguém lhe dissesse que era terrível esperar homens na tocaia para matá-los, ele não acreditaria, pois seu coração era inocente e livre de toda*

maldade".

Sua inocência é tão grande que até o remorso lhe é transmitido através de Sinhô.

Um dia, ao ouvir seu patrão confessar sua aversão ao crime e interrogar Juca sobre seus sentimentos ("tu acha bom matar gente? Tu não sente nada? Nada por dentro?"), Damião se conscientiza e recua na sua missão de matar Firmo.

Essa conscientização brusca vai de encontro à sua natureza servil, e esse dilema insuportável faz com que perca a razão. Essa cena nos é descrita com muita emoção e lirismo: *"Prenderam seus braços, não pode matar. Prenderam seu coração, ele tem que matar... Pelo rosto negro de Damião choram os olhos azuis de Dona Teresa... A mata se sacode em riso, se sacode em pranto, a bruxaria da noite rodeia o negro Damião. Ele sentou no chão e chora mansamente como uma criança castigada."* (p. 80).

A posição de Damião no romance é portanto clara, ele guarda sempre um espírito subserviente, um exagerado sentimento de respeito ao patrão e em razão de sua simplicidade e ignorância restringe-se a cumprir ordens, sem jamais refletir sobre elas.

Sua atuação é quase idêntica a dos outros trabalhadores rurais retratados na obra. Mas talvez possamos dizer que aquele mínimo de conscientização de que falávamos há pouco nota-se entre aqueles homens que nasceram livres, cuja maior mobilidade e menor ligação direta com os patrões, deixa talvez a possibilidade de um certo questionamento ou, pelo menos, a ocasião de manifestarem entre eles certa revolta pela sua condição. Para exemplificar esta opinião, poderíamos citar a cena do navio, no primeiro capítulo, na qual os trabalhadores discutem suas condições de vida, contam histórias das injustiças que sofrem, juram vingança. Eles se

sabem vítimas do despotismo dos coronéis, mas não sabem como lutar contra essa situação. Já personagens como Damião ou Raimunda sequer têm essa conscientização. No caso de Damião, vimos como ele é levado à loucura por não poder assumir sua condição de homem livre. Fato muito natural se considerarmos que a história se passa nas primeiras décadas do século, e que, embora legalmente a extinção da escravidão date de 1888, vários anos depois, sobretudo nas regiões mais isoladas e de concentração latifundiária, essa prática persiste como se nada houvesse ocorrido.

Outra personagem em idêntica situação é, como já dissemos, Raimunda. Jovem mulata, criada da família Badarô, na verdade filha natural do velho Badarô (pai de Sinhô e de Juca) e da escrava Risoleta, cozinheira da família. Seu modo de vida é idêntico ao das antigas escravas, trabalha sem receber remuneração, não tem vida própria, embora por sua situação de "cria" da casa goze de algumas regalias. Faz trabalhos mais leves, aprendeu a bordar e costurar, foi alfabetizada. Por ocasião das festas recebe dos patrões "um agrado", que se destina à preparação do seu enxoval (mais uma regalia, para ela está previsto um casamento em vez de uma mancebia). Da mesma idade que Don'Ana Badarô, desde menina se vê preterida até pela própria mãe que toma sempre o partido da "filha branca", mas isso não a revolta e ela aceita tudo submissamente, tornando-se confiante e amiga de Don'Ana. Ela não encara a possibilidade de viver outro tipo de vida, nada espera em troca de sua dedicação. No entanto, seu temperamento é o de uma pessoa forte e decidida. Vêmo-la, por exemplo, recusar firmemente os avanços de vários trabalhadores que a assediam, manter-se distante do próprio Juca Badarô, ter pouca conversa com as outras mulheres da fazenda "guardava sempre uma cara séria e fechada". Para sua passividade e submissão, teríamos talvez uma dupla explicação: sua origem e sua condição de mulher.

Já Antônio Victor, a personagem que mais se destaca neste grupo, um jovem trabalhador sergipano de vinte

anos, é pintado com cores muito positivas pelo autor "é um caboclo, alto e magro, de músculos salientes e grandes mãos calosas". Jovem romântico, despreocupado, cheio de bons sentimentos, trabalhador e confiante. Saiu de sua terra onde deixou a família e a namorada, uma vida simples e alegre, para tentar a vida nas fazendas de cacau. Chegando à fazenda dos Badarões, se depara com a triste sorte dos camponeses, o trabalho de sol a sol, o salário que fica todo no armazém da fazenda, a solidão e a tristeza. Esses sentimentos vão no entanto desaparecendo. Graças a sua coragem, a sua disposição no trabalho, e sobretudo ao fato de ter um dia saído o patrão de uma emboscada, é "promovido" a jagunço e passa a ter uma situação melhor. Começa a adaptar-se à nova vida. Esquece rapidamente Estância e Ivone. Passa a interessar-se por Raimunda e fazer planos para o futuro.

Talvez essa personagem seja mais consciente, tenha espírito mais prático, pois não podendo mudar sua situação, tenta adaptar-se ao novo modo de vida e dele tirar o maior proveito possível. E nessa nova posição, mais consciente, ele irá receber outras compensações. Consegue casar-se com Raimunda, aproximando-se mais da família Badarão. Com esse casamento, recebe como presente, reforço da gratidão do patrão (à sua dedicação e ao trabalho de Raimunda), um pedaço de terra para plantar sua própria roça. A vantagem dessa aproximação trará por outro lado uma maior dependência à família Badarão. Assim por ocasião do casamento de Don'Ana, data em que ele e Raimunda também se casam, ainda que dispensados do trabalho, lá estão eles a servir os convidados, como não poderia deixar de ser em tal ocasião. Assim apreço e reconhecimento dos patrões melhoraram um pouco sua situação econômica mas os tornam moralmente mais dependentes.

Como já havíamos observado anteriormente, a par do destino dessas personagens, há, nas suas ações e nas relações com as outras personagens, uma atuação mínima, sua

presença constituindo quase que uma complementação cenográfica, sem laços estruturais com a intriga ou com as outras personagens.

2.3 - Movimento Autoritarismo - "Malandragem"

O primeiro incidente que vai deflagrar o choque entre as duas famílias na conquista da Mata do Sequeiro é o incêndio da plantação de Firmo, fazendeiro aliado ao Coronel Horácio.

Nessa saga da conquista das terras do cacau, parece só haver dois caminhos para as personagens. Uns vencem pela força, pela violência ou pela fraude, é o caso dos coronéis e, em outro plano, de certa parte dos trabalhadores. Outros, através da "malandragem", da habilidade, da submissão. Neste grupo teríamos a figura típica do homem de expedientes, João Magalhães, ao lado de outros representantes das camadas médias, advogados, médicos, funcionários, etc., além de outra parte de indivíduos das camadas inferiores.

Essa dupla direção reflete sem dúvida a própria estrutura social da época retratada: o coronelismo, caracterizada, de um lado, pelo autoritarismo e pelos desmandos e do outro pela submissão, pelo apadrinhamento e pelo recurso aos expedientes desonestos.

Evidentemente, tratando-se de um romance histórico, é natural que as personagens retratadas sejam representativas da sociedade analisada, e portanto é lógico que essas personagens apresentem tais características. No entanto, o que nos parece mais importante é que a própria estrutura romanesca aponte para este duplo movimento autoritarismo/"malandragem".

Essa constatação entretanto não é evidente. Pois se o aspecto do autoritarismo é claramente visível, já na trama, já na representação de personagens fortes como os coronéis, o outro aspecto, o da "malandragem" poderia à primeira vista entrar apenas como responsável pela cor local, pelo pitoresco, pela ventilação da narrativa. Não parece ser este o caso e é o que tentaremos comprovar ao analisar mais detalhadamente algumas personagens e suas relações no romance.

No estágio de desenvolvimento da sociedade, no momento retratado, tínhamos de um lado os grandes proprietários rurais, os coronéis, e de outro, a mão de obra constituída dos antigos escravos cuja participação e situação, apesar da emancipação, não havia mudado muito. Entre os dois grupos, uma pequena população de cidadãos livres, vivendo nas cidades ou nas pequenas povoações, dependentes todavia dos latifundiários. Esse pequeno grupo, embora numericamente reduzido, graças a um maior nível de instrução e a uma maior consciência de suas possibilidades, tinha um papel importante na sociedade e sua aliança com os poderosos trazia vantagens para ambos os lados. Implantavam-se então as primeiras instituições copiadas dos modelos liberais que, se não funcionavam de fato, obrigavam pelo menos a um arremedo de atuação para o qual era necessária a colaboração desses grupos médios de melhor nível intelectual. Por outro lado, a economia nacional baseada na exportação de produtos primários para o exterior, pela sua relação com o capitalismo internacional, importava dos centros europeus noções como lucro, racionalização do trabalho, produtividade, que começam a transformar as relações sociais até então vigentes. Daí porque, temos, vindo de cima, dos grupos econômicos dominantes ou dos que aspiram ao poder, uma preocupação muito grande com o ganho, com o aumento da riqueza, mas também com a adoção de práticas mais modernas e com a utilização, pelo menos aparente de princípios legais e de procedimentos que possam ser afiançados pelas instituições. O que, na prática, dá na corrida desenfreada ao

lucro, à riqueza fácil, e na utilização dos caminhos tortuosos e das soluções locais que exigem habilidade, hipocrisia e certa dose de inteligência.

No caso do livro que estudamos o princípio estrutural que o norteia está calcado nessa realidade social. E para compreensão desse princípio estrutural nos foi de grande auxílio o conceito da "dialética da malandragem" utilizado por Antônio Cândido no estudo das "Memórias de um Sargento de Milícias".

Demonstra-nos ele através de um raciocínio brilhante e de um estudo exaustivo do tema que, embora constituída de duas classes fundamentais, a dos proprietários, dos senhores, e a dos escravos, a sociedade brasileira do final do Império criou, por suas condições específicas, uma franja de indivíduos que não se situavam em nenhum desses pólos. Essa faixa constituída por pessoas livres, mas pobres, sobrevivia graças aos favores dos ricos ou por meio de expedientes nem sempre claros e aceitos pelas normas da moral burguesa. Não tendo acesso total ao mundo dos ricos tiravam dele algumas sobras e orgulhavam-se de não ter que trabalhar para sua sobrevivência, visto que o trabalho, especialmente o trabalho manual, estava associado à condição escrava. Oscilavam esses indivíduos entre o mundo da ordem e da desordem, isto é, entre aquilo que as instituições e as regras sociais preconizavam e o que a realidade da sobrevivência os levava a praticar.

Embora se trate de obra muito distinta, o trabalho de análise das "Memórias" ajudou-nos a perceber melhor a sociedade rural em transição de *"Terras do Sem Fim"*.

Esse conceito de "malandragem" permitiu-nos captar a passagem que, na sociedade cacaujeira do início do século, se efetuou entre o grupo dos coronéis (de certo modo em paralelo ao das famílias abastadas da época imperial) e o dos novos componentes das classes médias, indivíduos em muitos sentidos continuadores daquela franja marginal dos

"homens pobres, livres", que não pertencendo ao mundo dos ricos procuram ao máximo ascender a ele, e o fazem utilizando todos os recursos legais ou não, procurando distanciar-se do mundo dos trabalhadores, os homens pobres e oprimidos.

Não tendo dinheiro, têm eles no entanto acesso a certos privilégios da classe alta, como a escola, pelo menos até certo nível, a vida urbana, ao convívio com pessoas mais cultas. Desse convívio aprendem ou copiam os modos e a habilidade no trato e utilizam-se desse "savoir vivre" para tirar proveito dos proprietários rurais que, embora detentores do poder nos seus rincões, necessitam por sua vez do contacto e do traquejo do mundo urbano que os favoreçam nas suas ligações com os grandes comerciantes, com os representantes do governo e com os políticos.

Originários, em grande parte, das famílias oligárquicas decadentes, graças aos laços de parentesco ou de compadrio, tiveram acesso à escola e até aos cursos superiores, e puderam ser encaminhados aos cargos públicos, dedicar-se à vida intelectual, à magistratura, à carreira eclesiástica ou militar. A escolha de uma dessas profissões está diretamente ligada à situação familiar e à qualidade do apadrinhamento obtido. Assim, o grau de decadência, isto é, a má situação financeira, a ausência do chefe de família, a existência de numerosos irmãos, por exemplo, vão levar a profissões de funcionário público, de padre, de escritor, de jornalista. Enquanto a existência de pais ou irmãos mais velhos, de algum recurso económico, de prestígio político, podem levar a postos mais elevados na magistratura, medicina, engenharia e até na política. Esses cargos assim obtidos levam seus detentores a uma posição de solidariedade e dependência para com os seus protetores privilegiados. As famílias pobres prestarão serviços seja na obtenção de votos, na fraude eleitoral, seja através do trabalho feminino (costura, rendas, etc.) em vista da obtenção do apadrinhamento. E mais tarde, também os apadri-

nhadores demonstrarão, por sua vez, sua gratidão. Há portanto uma troca de favores na base mesma de formação desses profissionais liberais, funcionários e intelectuais. E convém precisar que, ao nos referirmos aos grupos médios que vão colaborar com os senhores rurais, com os coronéis, pensamos nessa franja da camada média cuja própria origem permitiu o acesso à educação e aos centros urbanos e conseqüentemente terá algo que dar em troca dos favores e apoio obtidos.

Há pois um remanejamento nas relações sociais com o qual ganham uns e outros. E é esse novo esquema que a nosso ver vai guiar a sociedade baiana descrita por Amado em "*Terras do Sem Fim*."

As personagens estão distribuídas em grupos, correspondendo aos diferentes setores das classes sociais retratadas.

Os coronéis, aparentemente as personagens mais fortes do romance, estão ligados intimamente aos representantes dos setores medianos, numa relação de dependência mútua. São personagens que nos aparecem como criaturas bem reais e verdadeiras, ficando bem definida e clara sua posição na teia social e bem forte e trabalhado seu lado individual, pessoal. São homens grosseiros, prepotentes, corajosos, ambiciosos, inescrupulosos, mas o são cada um à sua maneira, em razão de sua própria origem e situação. Todos têm igualmente suas qualidades pessoais e suas próprias fraquezas. Assim Juca Badarô com toda sua arrogância e machismo é sensível ao amor e à amizade. Admite em sua família um estranho, de passado duvidoso, em grande parte por acreditar no amor deste homem por sua sobrinha e porque ele lhe é simpático. Sinhô Badarô, sob uma aparente couraça de homem digno, reto, não tem escrúpulos, nem arrependimentos; no entanto, sua vida é dedicada apenas à família. Horácio da Silveira, inflexível, duro, egoísta, se prende à esposa com paixão e, sabendo-se traído, sofre

mais por não ter sido amado do que pela própria traição, e sua vingança é apenas um ato ao qual não pode se furtar dentro do código de honra dos coronéis locais.

São esses coronéis no romance o centro de tudo. Todas as outras personagens se ligam a eles, têm o seu destino determinado pela relação que os liga. Mas são esses coronéis também dependentes do grupo de personagens dos setores médios, seja para realizarem seus propósitos econômicos e sociais, seja para se realizarem no plano humano.

No entanto, são as próprias condições de vida, a situação concreta do meio onde vivem que estabelece essa interdependência dos dois grupos. Há portanto uma subordinação entre grupos sociais - nesta sociedade que é consequência da subordinação desta mesma sociedade a uma estrutura social mais ampla, a do próprio capitalismo.

Quanto às personagens dos setores médios, que aparecem inicialmente como figuras secundárias, servindo apenas de contraponto às primeiras, elas vão ganhando corpo à medida que a trama se desenvolve, passando a ser ao lado dos coronéis personagens dramáticas do romance, dando à ficção uma nova dimensão. São as contradições dessas personagens, sua luta entre sua ambição social e seu desejo de justiça, sua vaidade e seu desejo de realização no plano sentimental, seu gosto pela amenidade da vida urbana e sua ligação ao mundo rural, seu desprezo pela violência e ignorância dos coronéis e seus laços com esses coronéis, que as tornam capazes de criar conflitos, de gerar paixões e ódios, criar essa densidade que dá ao mundo ficcional riqueza e verossimilhança.

Logo, reproduzindo, através da escolha dos grupos de personagens e do peso que têm na trama, a estrutura social, e conseguindo, determinar através das relações e das implica

ções que cada grupo tem vis a vis do outro, o destino das criaturas ficcionais à imagem da vida de criaturas reais, pôde Jorge Amado realizar uma síntese de conteúdo e de forma.

Ao estudar e transpor essa realidade social, Jorge Amado nos revela claramente sua posição, a de um jovem escritor que naquele momento está engajado politicamente com os partidos de esquerda, que acredita no papel dos jovens intelectuais, originários dos setores médios, cuja missão social é abrir novos caminhos para as camadas mais pobres, através da difusão da cultura e do conhecimento, e também graças ao seu papel atuante na sociedade. Lembremos que Jorge Amado começou a escrever "*Terras do Sem Fim*" em 1939, quando são publicados alguns capítulos do romance com o título "Sinhô Badarô", mas que só vai concluí-lo já no exílio em 1942. Este livro é escrito numa fase de intensa atividade política e intelectual do autor.

Militante de esquerda, filiado inicialmente à Aliança Nacional Libertadora e mais tarde ao Partido Comunista Brasileiro, se propôs, na fase que antecede o aparecimento de "*Terras do Sem Fim*" a ser um dos criadores do "romance proletário" brasileiro. Suas obras "Cacau" - 1933, "Suor" - 1934, "Jubiabá" - 1935 são romances representativos deste momento. Sua função de escritor está profundamente ligada à sua militância política. Num momento em que as instâncias partidárias preconizam o engajamento e o ativismo do escritor, J. Amado assume esse papel e vai à luta fazendo do romance sua arma de combate.

No entanto, o desmantelamento da ANL e das organizações políticas que a constituem levam o autor a um impasse e a uma revisão dessa postura inicial. Pelo menos formalmente sua linha de trabalho transforma-se e a linguagem direta e contundente desses romances dá lugar a uma linguagem mais poética. São desse momento "Mar Morto" - 1936 e "Capitães da Areia" - 1937. Essa nova tendência as-

segura a admiração e a aceitação do autor por grande parte da crítica literária mas não o poupa às sanções por parte dos governantes. É preso em 1936 e em 1937 e tem seus livros queimados em praça pública (nov./dez.1937). Pressionado de todos os lados, não podendo mais ser editado no país, J. Amado parte para o exílio em 1941.

Durante o período que passa na Argentina e no Uruguai (1941-1942), Amado publica o "ABC de Castro Alves" 1941 e a "Vida de Luís Carlos Prestes - O Cavaleiro da Esperança" 1942. Embora acentuando a importância da poesia como "arma de luta do povo" o aspecto documental continua presente nas suas preocupações, pois essas obras são elas mesmas de caráter biográfico e serão mais tarde arroladas como gênero literário nesta categoria. Mas são consideradas sobretudo como instrumento de sua militância política como o comprovam as próprias palavras do autor *"Falei primeiro do Poeta, aquele que fez a Abolição e a República, que contou as Revoluções que haviam de vir, gênio e profeta de um povo. Queria apresentar ao povo o seu Poeta na sua inteireza. E ao mesmo tempo queria ver se, com o exemplo de Castro Alves, era possível salvar uns restos de dignidade e de honra na degradação por que está passando parte da literatura brasileira, dia a dia se entregando às forças da reação. E quis que o povo soubesse que existem artistas que nunca se entregaram, nunca se venderam... Por isso falei de Castro Alves, artista do povo, social, político, interessado, revolucionário."* Convém lembrar aqui a observação que faz a esse propósito Berno de Almeida em seu livro "Jorge Amado: Política e Literatura"*; diz ele que Amado nesses livros já não se dirige especificamente aos proletários mas a uma categoria mais ampla, mais difusa "povo". Com isto ele estaria traduzindo uma nova postura qual seja, a da oposição marxista contra o fascismo, para o que seria necessário mobilizar indistintamente as massas populares,

Alfredo Wagner Berno de Almeida. *"Jorge Amado: política e literatura"*. Editora Campus Ltda. Rio de Janeiro, 1979.

ao contrário da luta anterior em que se dava maior importância ao proletariado. E a isto se deve justamente o no vo enfoque que Jorge Amado dá à sociedade em "*Terras do Sem Fim*". Aqui há uma visão mais ampla e global dos problemas sociais. Não é a dor e o sofrimento desses homens que de vem chegar até nós para que condenemos a injustiça social, mas é toda a estrutura social que deve aparecer de forma mais clara para que possamos compreender essa realidade.

Este posicionamento do escritor revela-se em "*Terras do Sem Fim*" não só na concepção da obra mas até na pró pria posição do autor enquanto narrador, isto é, como ele se coloca com relação às personagens. Ao falar de personagens representativas des ses setores médios, de que falávamos há pouco, como por exem plo Virgílio, Ester, João Magalhães, ele as descreve como pessoas finas, inteligentes, bonitas. Na evolução das suas histórias, mesmo quando inicialmente partem de princípios desonestos ou egoístas, à medida que se envolvem com outras pessoas, que atuam socialmente elas crescem e se conscientizam. A posição crítica do autor com relação a elas não aparece, é como se o foco por estar muito próximo confundisse a visão. E se alguma vez, através de alguma frase ligeiramente irônica sobre a cultura ou o gosto da época, nota-se alguma crítica, ela é tão leve que passa despercebida e soa mais como uma brincadeira, uma pequena zombaria. Há de certa forma uma identificação de Amado com essas per sonagens. Ao passo que ao falar dos coronéis sua posição é mais objetiva e realista, eles são vistos como heróis, grandes figuras de desbravadores, são eles que vão trazer a riqueza, mas também não se ocultam suas fraquezas e vícios. Eles são, antes de tudo, patrões, homens que enriqueceram em grande parte pela exploração dos trabalhadores, homens cujo poder se afirma pela violência e pela força. E na descrição deles, como já tivemos ocasião de assinalar antes, Amado não poupa o tom crítico, o tratamento pejorativo. Já ao falar dos pobres, dos humildes, sua sim patia não tem restrições, não lhes faltam virtudes e predi cados. Mas essas qualidades parecem mais generalizadas, me

nos pessoais, há como uma distância entre o narrador e eles. A esse propósito, lembramos uma observação de A. Cândido ao comentar a obra de Amado, em "Poesia, documento e história"*, diz ele ao falar do tratamento que J. Amado dá aos pobres, aos operários e aos pretos - *"Os pretos e os trabalhadores dos seus livros são descritos por um homem de outra cor, de outra classe, cuja obra importa numa estilização inevitável e necessária, talhada no rico conteúdo emocional do povo. Na maneira de amar e de pensar dos seus pretos, haverá uma deformação que a mais intensa simpatia e o mais minucioso conhecimento não conseguem atenuar. E nem há necessidade disto. O Sr. Jorge Amado trouxe os negros da Bahia para a arte e deu existência estética, isto é, permanente à sua humanidade. Arte é estilo, e estilo é convenção."*

Por outro lado, a própria trama e a conclusão do romance deixam claro como Amado concebia a evolução daquela sociedade caçueira, o nascimento e ascensão de uma burguesia local, a ampliação das fazendas que daria origem às primeiras vilas e mais tarde às cidades maiores, como Ilhéus, trazendo para a região os germes do progresso.

A distribuição e os títulos dados aos capítulos "O Navio", "A Mata", "Gestão de Cidades", "O Mar", "A Luta", "O Progresso" são bem elucidativos. Podemos também inferir, a partir de suas ligações partidárias, que para ele a conscientização e a politização das camadas inferiores da população constituiria uma etapa posterior da evolução social. Somente com o desenvolvimento do meio urbano, com a industrialização e conseqüentemente com o aparecimento do proletariado surgiriam as condições propícias a uma luta de classes e a um projeto revolucionário.

* Jorge Amado. "Povo e Terra" - 40 anos de literatura. Livraria Martins Editora S/A, São Paulo, 1972.

A evolução da obra de Amado nesta fase parece confirmar nossa idéia. Depois da publicação de "*Terras do Sem Fim*", temos "*São Jorge dos Ilhéus*" que dá continuidade ao tema, procurando mostrar a formação do meio urbano e o nascimento das primeiras organizações sindicais. Mas este já é um ponto que foge ao nosso estudo e não podemos desenvolver aqui.

2.4 - Transposição da Estrutura Social para o Romance

Vejamos agora como no universo do romance se faz essa passagem entre o autoritarismo característico dos representantes dos proprietários rurais e a "malandragem" dos representantes daqueles grupos médios provenientes do meio urbano.

Já no início do primeiro capítulo, temos a presença, no navio que faz a ligação de Ilhéus à Bahia (Salvador), da primeira personagem representante desse meio urbano, misto de boêmio e jogador profissional, o Capitão João Magalhães. Escapara da polícia por pouco e fora obrigado a abandonar a vida fácil dos cabarês da Bahia para enfrentar os perigos da região cacauêira.

Ele nos é descrito fisicamente como um homem vaidoso, os cabelos propositalmente revoltos, um anelão de engenheiro no dedo (anel que ele ganhara de um otário numa partida de pôquer). Uma atitude despreocupada e confiante que se manifesta desde as primeiras páginas quando, esquecendo a tristeza da partida súbita, já começa a arquivetar planos de enriquecer em Ilhéus e já inicia sua investida aos coronéis, seus companheiros de viagem. Interessa-se logo por Juca Badarô, que lhe é indicado como um rico fazendeiro da região.

Seus primeiros planos de obter fortuna pelo jo-

go são, devido a uma circunstância nova, modificados'. Graças ao título de engenheiro com que se apresentara ê, logo depois de sua chegada a Ilhéus, procurado por Juca Badaró, que precisava urgentemente de um agrimensor. A ambição faz com que não hesite em aceitar uma jogada mais alta embora mais arriscada.

E a esse primeiro passo segue-se mais outro. Da idéia de tirar um bom proveito da medição da Mata do Sequeiro, novo plano mais ambicioso surge, o de casar-se com Don'Ana Badaró. Embora mais audacioso, seu novo projeto contará com a mão do destino para lhe dar um empurrãozinho, sob a forma do amor à primeira vista que Don'Ana sentirá por ele. De fato, essa jovem arredia, pouco chegada a namoros, mas decidida e forte, ao ver o Capitão também fará os seus projetos.

E dessa estada passageira na fazenda dos Badarós estará decidido o destino do Capitão, sua amizade com Juca Badaró, sua ligação com Don'Ana e a realização de seu maior projeto: casamento e entrada definitiva no campo dos ricos.

Está portanto armada a ligação entre os dois pólos mencionados, os grandes proprietários e esses representantes das camadas médias. Ligação de nível mais profundo e definitivo, pois feita através do casamento. E também mais complexa, pois João Magalhães ao decidir casar-se não só leva em conta o interesse monetário, mas também sua atração pela moça. E aquela primeira observação que ele faz logo ao chegar à fazenda: *"Parece que vou me casar ... - olhou a fazenda em torno, a casa grande, o terreiro, as roças de cacau, com um ar de proprietário."* (p.196), sucede-se novo pensamento: *"Sempre procurara pensar no caso de maneira cínica, vendo apenas a possibilidade de entrar, pelo casamento, na família dos Badarós. Mas agora sentia que não era apenas isso. Sentia falta dela, do jeito brusco que ela tinha, ora meiga, ora severa, trancada na sua virgindade de sem beijos e sem sonhos de amor."* (p. 198).

Essa mudança da personagem se refletirá não só moralmente mas também fisicamente "*Quando, calçado de botas, a barba crescida, o Capitão João Magalhães voltou da Mata do Sequeiro Grande, diversos sentimentos andavam dentro dele*". (p. 193).

A partir daí, o leitor não acompanha mais o desenvolvimento da relação amorosa entre João Magalhães e Don'Ana. Sabemos apenas que após uma noite de dúvidas e de medo João Magalhães se decide e parece contente, ao receber no dia seguinte, ao partir para Ilhéus, um recado de Don'Ana dizendo-lhe que o encontraria nas festas da igreja. A próxima referência aos dois já se faz através de Juca Badarô que serve de mediador junto ao irmão para que este aceite o pedido de casamento feito por João Magalhães a Don'Ana.

Há aí uma curiosa troca de posições. De início é João Magalhães que graças à sua habilidade, malícia e astúcia leva a melhor junto aos Badarôs. Agora vemos um Juca Badarô mais hábil e aproveitador. Percebe o calculismo e as intenções do Capitão, constata igualmente o sentimento que há entre ele e sua sobrinha, pesa os prós e os contras e decide-se em favor desse casamento, que lhe trará também certas vantagens. De fato, consegue convencer João Magalhães a aceitar adotar o nome dos Badarôs a fim de garantir a continuidade da família, visto que sua esposa é estéril.

Todos portanto saem ganhando. João Magalhães sobe na vida, tem o futuro assegurado e casa com uma mulher que lhe agrada. Don'Ana acha um marido, conserva sua personalidade e seu lugar na família. Sinhô casa a filha e garante a continuidade da família Badarô.

Mas seria propriamente um ganho geral?

Na verdade também há perdas, os Badarôs não se uniram a uma família de dinheiro ou prestígio social, João

Magalhães teve que renunciar a uma vida livre e despreocupada, perdendo até sua identidade, para ser doravante um Badarô.

Na verdade o que há é um sistema de compensações mútuas que finalmente parece sempre mais vantajoso para o grupo dos mais poderosos. Pois ao ser assimilado pela família Badarô João Magalhães perderá sua individualidade, suas características próprias. Não sendo mais o mesmo, sua função e seu papel desaparecem. E o João Magalhães vivo, malicioso, interessante, que prendia o leitor some. O outro torna-se desenhado, sem graça, perde sua força e praticamente desaparece da narrativa.

Essa assimilação à classe superior seria portanto mais um aspecto que mostraria a representatividade dessa personagem. Proveniente dessa classe média, franja hesitante entre dois pólos, em busca de uma possibilidade de ascensão, de incorporação ao nível mais alto, o aventureiro pobre renega seu modo de vida anterior, passa uma esponja em seu passado e entra no outro campo.

E este aspecto da despersonalização, da perda a nível individual é uma constante de várias personagens desses grupos médios, o que refletiria talvez essa assimilação das camadas médias às camadas superiores. Poderíamos pensar aqui no problema da reificação, à medida que esses indivíduos se incorporam ao mundo dos ricos, onde os valores de troca predominam, seu modo de vida muda, eles se desumanizam e se coisificam por assim dizer, perdendo suas características próprias, sua individualidade.

Além do conflito fundamental do romance, a luta dos coronéis pelo domínio da terra, um segundo conflito aparece a nível do grupo intermediário de personagens, que é o amor entre Virgílio e Ester. Essas personagens ganham, graças a essa situação conflitiva, um peso maior, e seu relacionamento terá uma importância essencial na obra.

Como havíamos anteriormente observado, ao estudar a figura de João Magalhães e suas ligações com a família Badaró, há uma relação mútua de dependência com as respectivas compensações entre os coronéis e seus amigos e aliados.

Do lado do Coronel Horácio, em nível paralelo ao de João Magalhães, temos Virgílio, o jovem advogado contratado para dar cobertura jurídica ao Coronel. A atuação de Virgílio será decisiva para que o Coronel Horácio ganhe terreno sobre seu rival; é graças a um caxixe feito por ele que será realizado um primeiro registro da mata em nome de Horácio e seus amigos. Em troca, Virgílio não só recebe uma generosa remuneração, a promessa de apoio político, como também ganha em outro campo, pois, a pretexto de negócios, pode aproximar-se de Ester, mulher do Coronel, por quem se apaixonara. Os ganhos são, como vemos, recíprocos e não se fazem apenas através da relação de trabalho, talvez mais superficial e aleatória, mas também de laços afetivos e/ou familiares mais profundos e duradouros, embora nem sempre claros e bem definidos.

Vejamos mais detalhadamente como as coisas ocorrem neste segundo caso. Virgílio desde o início da intriga procura impressionar o Coronel Horácio para quem vai trabalhar. Sente desde o primeiro instante que sua aparência e suas maneiras de jovem citadino vão lhe abrir portas. Raciocínio justo, pois o Cel. Horácio é tomado imediatamente de admiração pela erudição e fineza do jovem advogado e para tentar colocar-se à altura do mesmo, para não ficar em posição de inferioridade, faz apelo à esposa, seu capital social. Pede a ela que toque piano, que converse com o doutor. Erro de cálculo que lhe custará bem caro. Habitado a cortejar, Virgílio não perde tempo e vai encontrar caminho fácil, pois Ester que vive amargurada e insatisfeita verá nele o príncipe encantado de seus sonhos de solteira. Em pouco tempo os dois estão envolvidos e vão entregar-se

a um ardente romance.

Essa aproximação sentimental reforçará os laços de trabalho, Virgílio se desdobra para demonstrar sua competência e garantir seu lugar junto ao Coronel. Este, gratificado com o desempenho do advogado e contente com a transformação da esposa, que passa a ser uma mulher sensual, é cada vez mais generoso e cordial.

Ester por sua vez sente-se feliz, vive um grande amor, e realizada transforma-se, adquirindo mais força e personalidade.

Virgílio, Horácio e Ester estão unidos por diferentes laços, dependem uns dos outros, mas para sua perfeita realização pessoal terão que romper de algum modo com esses laços e sofrer uma perda sensível.

Virgílio precisa de Horácio para enriquecer, obter sucesso, promover-se politicamente, sem o que tampouco poderá refazer sua vida, levar Ester para longe dali. No entanto, ficar ao seu lado será compartilhar a mulher amada com outro, arriscar a própria vida, pois a descoberta do romance traria sem dúvida uma solução funesta.

Horácio ao conseguir a ajuda de um bom advogado, que irá contribuir para a realização de seu sonho de ser o fazendeiro mais rico e poderoso da região está, embora sem o saber, perdendo seu bem mais precioso no campo afetivo, sua jovem e bela esposa.

Ester realiza seu velho sonho de amor, mas sabe que sair da fazenda, viver uma nova vida, ficar definitivamente ao lado de Virgílio é quase impossível.

Ganhos e perdas inevitáveis e problemas e desejos inconciliáveis.

Essa troca de favores, que garante aos grupos médios sua sobrevivência e às vezes sua assimilação aos grupos superiores, pode ser observada também em relação a outras personagens não só dos próprios estratos médios como das camadas inferiores. Temos, por exemplo, o caso de Manuel de Oliveira, jornalista de Ilhéus, diretor de "O Comércio", jornal dos Badarós, que vive à sombra de Juca Badaró. Há um pequeno trecho que nos mostra isso de forma muito evidente *"Manuel de Oliveira tomou seu copo. Peruava o jogo para pegar esses biscates: um uísque, uma ceia, uma ficha perdida no "bacarat" ou na roleta"* (p. 174). Manuel de Oliveira freqüenta os cabarês onde fica à espera das migalhas que sobram dos coronéis, serve de homem de recados, bajula-os. Sua simpatia pelos Badarós não o impede de aproximar-se discretamente do Coronel Horácio. Assim, sempre que pode, puxa conversa com Virgílio ou com qualquer outro amigo de Horácio, procurando demonstrar sua "neutralidade" e protegendo-se assim de algum revês futuro.

Há ainda o exemplo de Margot, prostituta que era amante de Virgílio, e que ao ser desprezada por ele, procura imediatamente Juca Badaró, de quem já recebera anteriormente propostas e promessas e a quem recusara por não aprovar os modos rudes e autoritários. Ao perder Virgílio, por quem era apaixonada, Margot logo consola-se graças à generosidade de Juca.

Também ilustrativo é o caso do alfaiate Tônico Borges, da pequena cidade de Tabocas. Homem pobre, que vive do seu humilde ofício, não privando da intimidade dos grandes, saboreia certa vingança transmitindo os boatos e mexericos que correm sobre os coronéis e seus familiares. Procura ao mesmo tempo aproximar-se dessas famílias ricas, oferecendo informações de primeira mão entre os grupos opostos, e bajulando médicos e advogados que estão próximos dos coronéis.

Poderia servir igualmente de exemplo, Raimunda, a

criada dos Badarós. Embora filha bastarda do velho Badaró, pai de Sinhô e de Juca, ela foi assimilada à família, embora como criada; continua a prestar os mesmos serviços que sua mãe ou sua avó já prestavam, no tempo da escravidão, e não recebe pagamento pelo seu trabalho. No entanto, tem certas compensações. Vive desde menina na casa-grande, onde recebeu alguma instrução, priva da intimidade dos patrões, é amiga e confidente de Don'Ana, o que lhe confere um status diferente do dos outros empregados. Sua atitude mostra a consciência que ela tem de sua superioridade, e sua revolta recalcada. *"Dona Filomena tirou Raimunda da cozinha, a trouxe em definitivo para dentro da casa-grande. E protegeu sempre a mulatinha enquanto viveu. Depois, quando a esposa de Sinhô morreu tísica, ficaram os padrinhos, Sinhô e Don'Ana, mas aos poucos Raimunda foi tendo uma vida igual às demais "crias" da casa: lavar, remendar roupa, buscar água no rio, fazer os doces. Só que nas festas Don'Ana lhe regalava um corte de fazenda para um vestido melhor e Sinhô lhe dava um par de sapatos e um pouco de dinheiro. Ela não tinha ordenado, para que precisava ela de dinheiro, se tinha de um tudo na casa dos Badarós? Quando Sinhô, pelas festas de São João e de Natal, lhe dava dez mil-réis, dizia sempre: - Vã guardando para o seu ~~aproval~~... É que ele mesmo não se dava conta de que Raimunda pudesse ter nenhum desejo. No entanto, desde sua infância, o coração de Raimunda vivia cheio de desejos irrealizados."* (p. 89). *"Era zangada, a própria Don'Ana a notava e em geral, na fazenda, diziam que Raimunda era "ruim", não era de bom coração. Parecia não estimar ninguém, vivia sua vida calada, trabalhando como quatro, recebendo o que lhe davam com um agradecimento murmurado".* (p. 90).

As ligações entre esses dois grupos de personagens (provenientes das camadas altas e médias) dão, pois, lugar à evolução do enredo e mostram essas relações de dependência estruturais do plano real, da mesma forma que o fazem, em outro nível, as personagens através de sua coerência e do destino que têm no romance.

Vejamos, por exemplo, a trajetória de Virgílio que inicialmente aparece no romance como uma personagem secundária. Sem a força dos coronéis, sem a graça de um João Magalhães, ele ganha relevo à medida que a trama se desenvolve e que seu envolvimento com o mundo dos coronéis se amplia, através de sua ligação com Ester.

Ele nos é descrito como um homem que sabe manusear a palavra em todas as ocasiões, jovem de modos finos e elegantes, conhecedor de leis e também poeta. Sua presença contrasta com os rudes plantadores de cacau e portanto nada mais natural que a esposa do Cel. Horácio se apaixone por ele (ela também mulher refinada e educada). Virgílio é amante de música, bons vinhos, literatura, é galante e aprecia a vida dos salões e da alta sociedade.

Filho de uma família certamente remediada, com a morte do pai vê-se em dificuldades para continuar seus estudos e aceita com certa desenvoltura que sua amante Margot (uma jovem prostituta) o ajude a continuar seu curso de direito. Depois de formado, sem nenhuma hesitação sai da Bahia onde está instalada Margot para aventurar-se em Ilhéus, considerando apenas seu próprio interesse. Uma vez lá, esquece rapidamente Margot, trocando-a por Ester. Esquece igualmente sua educação, seu pendor pela urbanidade, sua natural cordialidade, para agir com violência e arbitrariedade, atuando de forma semelhante aos fazendeiros por quem sentira inicialmente grande aversão.

Chega ao ponto de mandar armar uma tocaia para Juca Badarô (de quem sequer é inimigo) a fim de corresponder ao que dele espera aquela gente rude.

Mas é justamente essa ação que violenta suas convicções mais profundas que o leva a refletir sobre a realidade que o cerca "*Seria fácil, por acaso, ter que mandar matar homens para se fazer respeitado? Para poder subir*

no conceito de todos, poder fazer carreira política?. Não era fácil... Pelo menos para ele, Virgílio, educado noutra terra, noutros costumes, com outros sentimentos. Para os coronéis dali, para os advogados que haviam envelhecido naquela terra também, para eles era fácil, para Horácio, para os Badarós, para Maneca Dantas, para o Dr. Genaro com toda sua cultura pernóstica e sua seriedade de homem que não frequentava casa de mulher da vida. Mandavam matar como mandavam podar uma roça ou tirar uma certidão de idade no cartório." p. 228.

Achamos aqui, que, no espírito de Amado, é o meio urbano, a educação, a formação moral que poderão influenciar no sentido de dar ao homem uma visão mais crítica, que lhe permita uma atuação digna e útil à coletividade. Isso reflete, naturalmente, as correntes de idéias, os movimentos político-sociais que estão determinando o surgimento de novas formulações culturais. A nova civilização urbano-industrial correspondem novas formas de pensar, novos valores e regras de conduta. Urge transformar as mentalidades para aquisição dos novos princípios, prepará-las para as novas tarefas. Orientando o pensamento dos intelectuais e políticos renovadores estavam os princípios liberais de representação e justiça, que inspiram inclusive os grupos socialistas, neste momento, e aos quais o autor está filiado.

A personagem, Virgílio, no trecho do romance a que nos referíamos, fala da facilidade com que os homens dali, os coronéis, os velhos advogados mandam tirar a vida aos homens. E na sua reflexão procura mostrar que todos são movidos pela ambição, pelos interesses pessoais, que se prendem a eles como o visgo do cacau aos pés dos trabalhadores. "E eles todos, trabalhadores, jagunços, coronéis, advogados, médicos, comerciantes e exportadores, tinham o visgo do cacau preso na alma, lá dentro, no mais profundo do coração... Não havia educação, cultura e sentimento que lavassem. Cacau era dinheiro, era poder, era a vida toda, estava dentro deles, não apenas plantado sobre a terra ne-

gra e poderosa de seiva. Nascia dentro de cada um, lançava sobre cada coração uma sombra má, apagava os sentimentos bons." p. 228.

Vemos que, no romance, Virgílio (jovem educado, vindo da capital) ao sentir o impacto de um modo de vida diferente, no qual a violência e a arbitrariedade não têm limites, é capaz de se questionar e de procurar uma saída. Muito embora sua própria origem, a mentalidade de seu grupo social e sua ambição pessoal o bloqueiem inicialmente. So mente a dor profunda que sente pela perda da mulher amada vai sensibilizá-lo e aproximá-lo dos outros homens ajudando-o a adquirir esta consciência crítica.

Nessa solução romanesca encontrada por Amado, podemos ver dois aspectos, que sempre estão presentes nas suas obras deste período, que são o romantismo e o desejo de transpor para o plano literário suas convicções políticas. Para Amado, o amor e os sentimentos ocupam um lugar muito grande na vida do homem, e a ausência desses sentimentos aliada à rudeza e à ignorância faz os homens mais duros, desumaniza-os.

No caso de Virgílio, vimos que é a morte de Ester que vai completar sua tomada de consciência. Só aí ele percebe que nada mais o prende ali, nem o dinheiro, nem a fama, nem a ambição política. E num gesto final abandona tudo para ir ao encontro da morte.

Essa personagem nos parece assim inicialmente dividida entre sua vontade de vencer na vida, de galgar posições e sua visão crítica da sociedade. Seu desejo de ascender na vida profissional e política não o impedirá no entanto de ver que essa realização implica na aceitação de práticas e na realização de atos que a sua consciência desaprova. Portanto ao escolher a morte, embora justificada por um sentimento pessoal (seu desespero pela morte da mulher amada), ele demonstra sua desaprovação àquele mundo e

sua opção final.

Vemos portanto que no universo do romance há dois elementos básicos que levam as personagens representativas desses grupos médios à conscientização e à autenticidade: a reflexão sobre a realidade e o amor. Reflexão baseada na própria vivência do indivíduo, e amor, sentimento nobre e generoso, através do qual as pessoas se humanizam e ampliam sua visão do mundo.

Mas curiosamente esses elementos levam, na trama romanesca, as personagens à morte (no caso de Virgílio e de Ester), ou à perda de identidade (no caso de João Magalhães). Situação pois contraditória e insolúvel. Para a qual a explicação nos vem justamente pela aplicação do princípio estrutural, isto é, pela reprodução a nível do romance da estrutura social retratada. Essas personagens sem saída representariam a dependência e a contradição que os indivíduos, remanescentes dos grupos médios, viviam nesse momento de transição, quando percebendo os erros do passado não sabem ainda que caminhos tomar. Por um lado aceitam ou toleram essa dependência aos grandes proprietários como única possibilidade de ascensão, mas por outro lado sua condição de homens capazes de analisar e de refletir sobre a realidade na qual se encontram os leva pouco a pouco a constatar a dubiedade de sua posição e a precariedade de sua situação, o que os conduz a um dilema terrível.

Contrariando uma primeira impressão de fuga ou de abdicação dessas personagens, acreditamos que através dessa solução romanesca não há uma condenação do autor a esse posicionamento dos jovens dos grupos médios, mas pelo contrário uma grande esperança nesse despertar da consciência e muita fé no futuro, isto é, crença no poder de transformação e de mudança que essa visão crítica traria, em uma nova etapa do desenvolvimento social.

Assim, por exemplo, talvez possamos ver na cena em que Virgílio escolhe a morte, uma imagem do seu rompimento com um passado que ele renega e sua opção por um mundo totalmente novo, por uma nova vida. Pois ao escolher a morte ele não o faz em desespero mas em alegria. E é essa uma cena de grande lirismo, um dos momentos poéticos mais fortes da obra. Não sendo o autor um homem religioso, no sentido comum do termo, vemos nesta cena simbólica não uma manifestação de fé na passagem de um mundo material a um mundo espiritual, isto é, a passagem do homem para o reino de Deus, mas uma manifestação de fé no futuro da humanidade e na capacidade de poderem os homens transformar um dia seu destino, de poderem viver melhor e amarem livremente.

Essa crença no homem e essa visão otimista são, aliás, uma constante em toda a obra de Amado, a esse propósito transpomos aqui as palavras de Sérgio Milliet: *"Alguém disse dos romances de Jorge Amado que sempre se desprende deles uma mensagem de otimismo e confiança no futuro... Com efeito, essa nota de esperança sempre se observa em todos os seus livros. Neles se processa, até dentro das próprias personagens, essa luta do bem contra o mal, das forças da liberdade contra as forças da opressão, do homem ansioso por se enriquecer emocionalmente contra o homem ávido de riqueza material. A síntese dessa luta é sempre um passo à frente, desde que o mundo é mundo, e a mensagem de otimismo está em verificá-lo e em não se submeter, em não se conformar, em erguer-se para o contra-ataque a cada vez que o inimigo se relaxa para tomar fôlego."*

Otimismo que estaria talvez mais cristalizado em *"Terras do Sem Fim"* e se explicaria pelo maior amadurecimento político e pela maior vivência do autor. A apologia dos humildes através de uma condenação cega da sociedade e de uma crítica contundente (como quando ele aborda o tema pela primeira vez em *"Cacau"*) segue-se uma abordagem mais ampla onde sua visão crítica se manifesta menos pelas pala -

vras do que pela própria reprodução a nível romanesco das contradições sociais.

Retomamos aqui, para melhor ilustrar nosso ponto de vista, as próprias palavras de J. Amado, apresentadas na 1a. página desse romance, à guisa de introdução: *"Hã dez anos passados escrevi um romance, pequeno e vio - lento, sobre o tema do cacau, ao qual volto hoje. Tinha eu então 19 anos e iniciava minha vida de romancista. Nes ses dez anos escrevi sete romances, duas biografias, al - guns poemas, centenas de artigos, dezenas de conferências. Nesses dez anos lutei diariamente, viajei, fiz discursos, vivi com meu povo a sua vida. Constato com imensa ale - gria que uma linha de unidade jamais quebrada liga não só toda a minha obra realizada nesses dez anos como a vida que durante eles vivi: a esperança - mais que esperança, certeza - de que o dia de amanhã será melhor e mais belo. Em função desse amanhã, cuja madrugada, já se levanta so bre a noite da guerra nos campos do Este europeu, tenho vi vido e escrito."*

2.5 - A Visão de Mundo de Jorge Amado

A fê na humanidade e o otimismo de Jorge Amado são responsáveis pela mensagem de confiança na transforma ção social, na mudança das mentalidades e na preparação para uma nova sociedade, como se pode entrever através da narrativa de *"Terras do Sem Fim"*, e da trajetória de suas personagens.

Havíamos observado antes que às personagens das camadas médias (representantes dos setores mais evoluídos da sociedade) é dada uma grande responsabilidade. Isto se ria explicado porque na etapa analisada a classe trabalha dora rural, em virtude de seu atraso, de seu primitivis - mo, de sua dependência econômica e social não tinha condi

ções para estar à frente de um movimento de transformação social. Razão porque, como já dissemos anteriormente, cabe às personagens representativas dos setores medianos um peso maior do que se percebe, no romance, à primeira vis-ta.

Mostramos há pouco como na estrutura romanesca o papel e o destino de personagens como João Magalhães e Virgílio são importantes e conseqüentes. Mas para melhor esclarecer esse ponto, façamos um breve paralelo entre essas duas personagens e analisemos um pouco as personagens femininas do romance que, a nosso ver, também confirmam essa posição.

Vimos que João Magalhães e Virgílio são ambos provenientes do meio urbano. O primeiro de origem desconhecida, aparentemente de condição inferior; o segundo, de uma família de classe média, em situação um pouco melhor, pois Virgílio tem acesso à Universidade. Ambos conhecem desde cedo dificuldades financeiras e para a solução delas recorrem aos meios mais fáceis ao seu alcance. A vivência de ambos é feita um pouco à margem da sociedade, frequentam as rodas boêmias, os bairros populares, os ca-barês e os bares. Virgílio, para prosseguir seus estudos de advogado, tem que apelar para os favores de Margot, que é sua amante. João Magalhães faz seu ga-nha-pão nas mesas de pôquer. São os dois ambiciosos e pou- co escrupulosos. Sonham em melhorar de vida, em galgar postos rapidamente, mas isso graças aos favores dos mais graduados, a um golpe bem sucedido ou à aliança com a classe superior. Parece que em nenhum momento eles pensam em conseguir algo através do trabalho ou por seu esforço pessoal. Mas isso menos por uma fraqueza de caráter do que por razões de ordem social. Virgílio, retratado como um homem bonito, culto e inteligente, não confia muito em suas qualidades pessoais como meio de alcançar sucesso e vai procurar junto aos ricos fazendeiros um trampolim para a carreira política.

Quanto a João Magalhães, aparentemente de origem mais modesta, parece ter certa escolaridade e muito traquejo social, pois vêmo-lo transitar em diferentes níveis sociais, utilizar-se de um título falso de engenheiro ou entabolar conversa com os coronéis com muita facilidade. Mas em nenhuma ocasião, mesmo quando se vê ameaçado de prisão, recorre ao trabalho ou procura uma atividade qualquer. Confia apenas em sua capacidade de ludibriar um parceiro ingênuo numa partida de cartas ou de aplicar o conto-do-vigário em algum ricoço inexperiente.

Eles são, na realidade, bem representativos da sociedade transcrita. Nela a diversificação do trabalho, a ascensão social ainda são muito limitadas. Há as grandes cidades com seus empregos públicos ou comerciais de melhor nível destinados a um pequeno grupo de privilegiados, o restante contentando-se com um emprego de caixeiro, auxiliar de escritório, ou realizando um pequeno ofício, com o que apenas sobrevivem.

Nas cidades pequenas e nas povoações a situação é ainda mais precária, elas funcionam apenas como entreposto e fornecedoras de serviços para as fazendas, pouco há além da venda, do armazém, da barbearia e do miserável prostíbulo. Não nos surpreende portanto que essas personagens tenham rasgos de generosidade, de sinceridade e ao mesmo tempo certa inconsequência e irresponsabilidade ao agirem. São as circunstâncias, as contingências sociais que os empurram para os caminhos que eles tomam. Não há muita escolha. Daí porque essa aparente contradição: cûpidos, desonestos, irresponsáveis, mas hábeis, inteligentes, simpáticos. E sobretudo capazes de transformar seu comportamento, de se conscientizarem e de mudar totalmente suas vidas.

Vejamos também um pouco o que ocorre no mundo feminino. As figuras femininas principais, no romance, são Ester e Don'Ana. A primeira é de origem citadina, mais

próxima dos estratos médios, enquanto a segunda, do meio rural, é filha de um grande coronel. Essas duas personagens se opõem física e psicologicamente. Don'Ana é uma personagem forte, moça morena, quèimada de sol, valente, se faz respeitar pela família e pelos empregados. É simples, não tem vaidade, ama a terra e enfrenta o trabalho duro e os perigos em pé de igualdade com os homens. Perfeitamente adaptada aos costumes locais, aceita o machismo masculino, as ligações amorosas fora do casamento, como naturais. Não vive de sonhos, nem procura sequer as distrações femininas correntes como as festas da igreja, o gosto pela moda ou pelos mexericos locais. Na ausência do pai ou do tio, não hesita em tomar providências e decidir questões fundamentais. E quando se apaixona, decide ela própria o seu casamento. Estimula a família a lutar pela conquista das terras e será ela, no combate final, a última a deixar a casa-grande, resistindo, sozinha de arma em punho, a Horácio e seus homens. Embora, de certo modo em posição de inferioridade em relação aos homens de sua família, fato natural na época retratada, assume com relação aos outros uma posição de superioridade, não se deixando tratar como mulher-objeto.

A mulher do meio rural é aqui vista como mais autêntica, mais racional e realista, contrapondo-se às mulheres da cidade sonhadoras, românticas, alienadas e passivas.

Neste último grupo entraria Ester, mulher do Coronel Horácio, descrita como uma moça "triste e linda, magra e pálida", em tudo o oposto de Don'Ana. Ester é filha de um comerciante de Ilhéus, fora criada pelos avós na Bahia onde freqüentara os melhores colégios de freiras. Moça romântica, sonha em freqüentar a alta sociedade, viajar para a Europa, viver no Rio de Janeiro. Com a morte dos avós, volta a morar com o pai em Ilhéus e lá termina por aceitar o pedido de casamento do Coronel Horácio. Nesta aceitação parece haver não apenas obediência filial mas

certa vaidade de sua parte em casar-se com um dos homens mais ricos e temidos da região. Sendo filha de um comerciante não muito rico, vê no casamento também uma forma de ascender socialmente, acredita poder assim realizar seus velhos sonhos e projetos. A realidade na fazenda é bem diferente dos seus sonhos, ao lado de um homem que não ama, grosseiro e rude, sem nenhuma distração, completamente alheia à vida do campo, sofre e se desespera, comparando seu destino ao das pobres rãs, cujos gritos ouve diariamente ao serem engolidas pelas cobras nos charcos da fazenda. Ao encontrar Virgílio, rapaz loiro e fino, de maneiras elegantes, com gostos e ideais semelhantes aos seus apaixona-se perdidamente. E a moça tímida, passiva e amargurada transforma-se, passa a ser uma amante ardorosa e decidida, pois mesmo o temor do marido não impede sua ligação com Virgílio. Seu comportamento modifica-se, dedica-se mais à família e de mulher fria torna-se esposa amante. E o coronel Horácio, acreditando-se amado, torna-se gentil e atencioso, faz planos para o futuro. Ester tem, no entanto, planos diferentes, sonha em fugir com Virgílio, ir para o Rio, começar uma vida nova. Esses planos não serão entretanto realizados. O marido é acometido de uma febre violenta e ela passa a cuidar dele, velando-o dia e noite. Horácio consegue restabelecer-se, mas Ester é por sua vez acometida do mesmo mal, que lhe será entretanto fatal. Ester, que escolhera casar-se com o Coronel Horácio cedendo a um movimento de fraqueza ou de ambição, não encontra a felicidade e a tranquilidade, embora tenha riqueza e poder. Só irá realizar-se através do amor de um homem que está socialmente mais próximo dela, que compartilha suas idéias e seus sonhos. E será esse amor que a amadurecerá, que a tornará mais humana e responsável. Para ela como para Virgílio entretanto, não havia saída, seu destino era aquele e a morte lhes vem como algo inevitável, natural, estavam presos àquela terra, como o visgo do cacau, não tinham como livrar-se daquele meio, daquela vida.

Enquanto a sociedade não mudar, as mentalidades não forem mais abertas, as pessoas não forem mais desprendidas e generosas não haverá lugar para sentimentos puros, para a realização pessoal. A solução romanesca aponta por tanto para a necessidade de mudanças e de transformação.

Isto corresponde perfeitamente à posição de Jorge Amado, escritor politicamente atuante, cuja visão de mundo, crítica, procura demonstrar as contradições da sociedade brasileira de sua época.

E nos parece que é através dessa obra "*Terras do Sem Fim*", que corresponde a um momento forte de sua militância política, que ele conseguiu realizar de forma mais completa e acabada essa crítica social, sem que o mundo ficcional perdesse de sua qualidade e força, colocando-se talvez na categoria de romancista histórico, dentro dos padrões críticos seguidos por Lukács ou Goldmann.

É certamente em "*Terras do Sem Fim*" que a realidade da sociedade cacaueira, tema caro ao autor, nos é apresentada de forma mais completa e fiel. Através de uma estrutura ficcional bem elaborada e desenvolvida são apresentados os diferentes grupos sociais da época retratada, com todas as suas relações e conflitos. E sua importância não se deve, como vimos em nossa análise, ao aspecto documentário da obra, mas à capacidade de apreensão de um sistema social, baseado na força e no arbítrio bem como na troca de compromissos mútuos entre os grupos sociais representativos, que caracteriza a sociedade coronelista da qual a sociedade cacaueira da Bahia é um exemplo bem claro.

Acreditamos que, se nessa obra a visão de Amado é mais completa e abrangente ao analisar uma faceta social, isso se deve não somente ao lado individual do escritor mais preocupado com a realidade social e política

nesse momento, como o próprio Jorge Amado o afirma — "... Essa nova fase marca-se pelo amadurecimento do artesanato da ficção, do conhecimento do metier de romancista, e, ao mesmo tempo, marca-se pelo domínio da intenção política..."¹, mas a uma preocupação maior do próprio meio intelectual brasileiro, preocupado em ter uma atuação mais concreta e mais voltada para a problemática social brasileira.

Essa linha de preocupação com o social que caracteriza o romance regionalista, iniciado com José Américo de Almeida, seguido por Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, contemporâneos de Jorge Amado, tem, naturalmente, na discussão e na difusão de um novo ideário as suas origens.

Falando do romance brasileiro daquele momento, Adonias Filho nos mostra essa vinculação à temática nacional: "Uma das suas características, desse romance brasileiro que se realiza mais à sombra dos valores nacionais que sob interferência de escolas como o romantismo e o naturalismo, é precisamente a de concentrar-se em torno de todas as exigências literárias sem perder a constante do documentária. As realidades, que integram e compõem a matéria ficcional (respeitando o tempo social e o espaço físico na base de regiões e sub-regiões), refletem-se em situações, episódios, ambientes e criaturas. E por isso mesmo, no extraordinário reconhecimento brasileiro em que se converte, jamais perde a representação como um contacto imediato com a vida. É o universo brasileiro que se mostra em quadro e imagem, problema e drama, linguagem e paisagem, ficcionalmente se movendo no poder de uma temática que oferece, com os mitos e os símbolos, o caráter nacional e a personalidade do povo."²

¹Afirmção de Amado na entrevista "Jorge Amado: escritor fiel à vida de um povo". Seleção de Leitura e Informação, nº 1, São Paulo, 1975.

²Adonias Filho. "O romance brasileiro de 30". Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1a. edição, 1969, p. 12.

Naquela ocasião são muito discutidas questões como a ampliação da educação aos diferentes níveis da população, a erradicação do analfabetismo como forma de incorporar grandes camadas do povo ao rol dos eleitores, dos indivíduos atuantes, promovendo o homem e a sociedade brasileira.

As discussões sobre os problemas educacionais estão intimamente ligadas a questões mais gerais de ordem econômica e social. Aparecem nos programas das associações e dos partidos e nos debates públicos. Ao mesmo tempo em que se discutem estas novas idéias pedagógicas, apontam-se as falhas do antigo sistema com o ensino restrito a uma elite, o bacharelismo, a falsa cultura dos salões, o gosto pela retórica e pelo palavreado inútil. Todas essas idéias estão presentes no temário da obra, quando J. Amado nos mostra a exploração dos camponeses em razão de sua ignorância e analfabetismo, a prepotência dos patrões baseados na manipulação das leis e dos votos, a auferição de vantagens por parte das camadas médias (advogados, jornalistas, médicos, etc) por deterem a cultura, os conhecimentos e as informações, que dentro dos padrões vigentes asseguram a legitimidade da sociedade. Mas o que é mais importante, estas idéias estão presentes na própria feitura do romance, na concepção das personagens e na sua caracterização.

Havíamos observádo ao analisar o grupo dos coronéis que havia uma diferença entre os antigos senhores, ainda presos à cultura européia, distantes da realidade em que vivem e o dos novos proprietários que, embora mais rudes e ignorantes, têm idéias mais modernas, são mais práticos e, sobretudo, sabem utilizar-se dos grupos mais jovens e mais bem preparados das camadas médias, tirando assim melhor partido dos serviços por eles prestados.

Assim, ao lado do Dr. Virgílio, jovem advogado, educado e brilhante, cuja atuação está diretamente ligada ao sucesso do Cel. Horácio se contrapõem personagens como

Dr. Rui, Dr. Jessê, Dr. Genaro, Dr. Pedro da Mata, pertencentes aos grupos mais velhos, mais ligados à sociedade rural, às antigas práticas, que não têm uma visão crítica, nem atuam de forma competente, e são apresentados de forma negativa.

No entanto, a educação aqui, é vista num sentido mais amplo, dentro do contexto social e não isolada. O ambiente, a vivência social é fundamental, o homem só pode desenvolver-se, ampliar sua visão crítica num meio mais propício que, no romance, é identificado como o meio urbano. São as cidades que oferecem nesta sociedade as melhores condições de desenvolvimento e formação do homem. É muito interessante notar que o autor conclui sua obra com um capítulo intitulado "Progresso" que é um adendo à própria narrativa e no qual o autor através de comentários e observações expõe suas idéias e sua fé no futuro daquela região.

Talvez pudéssemos concluir que Amado estava assim coerentemente assumindo as idéias do humanismo materialista e dialético *"Todo partidário sério do pensamento dialético deverá admitir que ele implica na afirmação que haverá sempre uma evolução histórica, que ela se fará por antagonismos e transformações bruscas de mudanças quantitativas em mudanças qualitativas..."*³

O próprio Jorge Amado, no seu discurso de posse, na Academia Brasileira, nos revela claramente essa posição, sua maneira de ver esses grupos sociais, a intensa preocupação com a sociedade que foi a base da inspiração desses romancistas dos anos 30, diz ele: *"Minha geração, esses romancistas do ano trinta, chegava para a vida e para a criação novelística com o peito oprimido sob a angústia do Brasil e do homem brasileiro, em busca do caminho para a solução dos nossos problemas. Variados foram os caminhos se -*

³GOLDMANN, Lucien. *"Dialética e cultura"*, p. 33.

guidos mas o ponto de partida era o mesmo: o amor ao Brasil e ao seu povo, a necessidade de solidarizar-se com o homem e o seu drama, fosse o drama da terra e da fábrica, fosse o drama interior de sua solidão".

Portanto creio não me enganar quando penso que em "*Terras do Sem Fim*" o autor transpõe para as suas personagens das camadas médias, mais jovens, sua própria confiança e fé nesses setores.

Referindo-se, ainda no discurso de posse na Academia, à família Mangabeira a quem quer homenagear, diz ele, falando de João Mangabeira, ilustre advogado conterrâneo e contemporâneo seu, em quem via um desses jovens intelectuais brilhantes e atuantes: "Quando os rudes sergipanos e sertanejos entraram pela selva adentro, no sul da Bahia, para derrubar a mata e plantar cacau, quando a grande saga se vestiu de sangue cada árvore escondia um homem na tocaia, quando as cruzeiras sem nome se levantaram na orla das picadas, quando a vida humana não valia mais de dez-mil-réis, um jovem advogado, adolescente ainda, pois terminara seu curso de direito aos dezenove anos, elevou sua voz nas tribunas de Ilhéus e de Itabuna. Era João Mangabeira, iniciando sua gloriosa carreira. Contei num livro essas lutas, esse matar e morrer, esse desesperado heroísmo de homens varando a selva, disputando-a palmo a palmo, vencendo os animais, os outros homens e o mistério da floresta. Minha infância coincidiu com o fim das lutas, guardei nos ouvidos os estampidos dos últimos tiroteios, e nos olhos a visão dos homens em armas, das cavalgadas à noite para as emboscadas fatais, a visão da floresta penetrada e incendiada. Cresci ouvindo as narrações da epopéia que tentaria recriar depois, cresci no espanto e na admiração pelos feitos daquela minha gente sem lei e sem medo. Aprendi os nomes dos chefes destemidos, os coronéis do cacau, os jagunços famosos, os bacharéis cuja voz nos júris e cujo saber nos tribunais dava a primeira forma de civilização à conquista bárbara. O nome de João Mangabeira era dos mais freqüentes na boca dos narradores,

pois jamais viram antes os grapiūnas, nem veriam depois, bacharel de maior talento, orador mais fulgurante, mais apaixonado criador de civilização e de cultura. Eu era ainda muito menino nos tempos em que ele parava em frente à casa de meu pai, seu amigo, e me tomava ao colo. Mas o seu rastro ficou para sempre nas terras do cacau, e dele ouvi diariamente falar como de um homem de Ilhéus, um daqueles que construíram a riqueza e o progresso."⁴

2.5.1 - O Aspecto Formal em "Terras do Sem Fim"

A maioria dos críticos de "*Terras do Sem Fim*" é unânime em dizer que o autor logrou uma perfeita unidade entre conteúdo e forma.

Assim, suas personagens não são mais esquemáticas, tipos, mas figuras reais, e sua história não é mais uma simples transmissão de idéias políticas, uma obra panfletária, mas tem uma trama coerente, uma unidade estrutural.

Por outro lado também se afirma ser sua obra um romance histórico, uma obra realista (no sentido luckacsiano do termo) e também uma obra poética. Isto é, nela está perfeitamente retratado um momento preciso de nossa evolução social, e, no entanto, essa preocupação com o lado social e político não impede que, por momentos, o homem "tout court" e a natureza passem ao primeiro plano, substituindo-se ao realista o lírico, o romântico. A prosa simples substitui-se a frase ritmada, cheia de imagens, a fantasia unindo-se à realidade, o tom alçando-se a novas alturas.

Concordamos, sem dúvida, com as duas afirmati -

⁴"Jorge Amado - povo e terra" 40 anos de literatura. Livraria Martins Editora S.A., São Paulo, 1972.

vas. Quanto ao primeiro ponto, iríamos mais adiante, procurando mostrar que de fato para ser histórica, realista, uma obra deveria unir conteúdo e forma numa síntese que é, em última instância, a própria síntese do movimento histórico real, da faceta social transposta para o romance.

Há no tratamento dado às personagens e aos temas uma dupla abordagem que é expressa pelo autor de forma bem distinta e que se constitui em uma das características do estilo de Jorge Amado: prosa e poesia se intercalam e se completam nesse romance como, aliás, em toda a sua obra.

Ao desenvolver a trama, ao retratar as personagens efetivamente atuantes, ao trabalhar seus conflitos, J. Amado utiliza uma prosa objetiva, realista, preocupada em reproduzir o melhor possível a situação retratada, embora sendo uma prosa espontânea, simples, às vezes em tom humorístico, sem preocupações de purismo ou mesmo de grandes aprofundamentos psicológicos. Sua linguagem reproduz a fala descuidada cheia de expressões populares, de torneios regionais, próprios da região retratada. Seja quando ele usa um vocabulário pobre, deturpado, frases truncadas, mal elaboradas, imitando a própria dificuldade de expressão da gente rude e atrasada da terra do cacau; seja quando usa a linguagem mais rica e cuidada, na fala mais culta dos advogados e jornalistas ou da gente da cidade. Já ao abordar o grupo das personagens humildes, dos trabalhadores, dos jagunços, seu estilo é poético; o que nos toca mais é o tom sentimental e até patético com que os trata. Essas personagens que aparecem, em geral, em episódios apresentados como cenas, quadros justapostos, presos à trama principal, às vezes, por um fio bem tênue, estão entretanto bem presentes, bem vivas, pela força, pela pujanca com que suas dores, seus dramas, sua miséria vêm à luz. Neste caso estão cenas como a loucura de Damião, a da morte do velho Jeremias, ou a história das três irmãs, prostitutas de Ferradas. Esta última passagem, por exemplo, é um

verdadeiro poema em prosa, com longos trechos ritmados, com imagens, inversões, frases com idêntico número de sílabas. Também ao falar dos lugares, da cidade da Bahia, da mata, do mar, suas descrições são sentimentais e destaca-se, claramente, o elemento lírico.

Temos, assim, no início do primeiro capítulo, ao referir-se à cidade, trechos como esse *"era como se estivesse se despedindo de uma bem amada, de uma mulher cara ao seu coração"*, ou na boca da mesma personagem, ao lembrar amores passageiros *"Depois eram os suspiros de Violeta, no quarto da rapariga, a lua entrando pela janela aberta, o vento balançando os dois coqueiros do quintal. Os suspiros de amor iam com o vento, até a lua, quem sabe?"*. Referências à lua, ao vento, ao mar, ao amor, são constantes. Na página 24 — *"A lua agora começava a subir para o alto do céu, uma lua enorme e vermelha que deixava na negrura do mar um rastro sanguinolento"*, na página 27 — *"A canção é triste como um presságio de desgraça. O vento que corre sobre o mar a arrasta consigo e a espalha em sons musicais que parecem não terminar..."* *"A lua deixa um rastro vermelho sobre o mar, a canção rasga corações: meu amor, eu vou-me embora/nunca mais eu vou voltar."*

Ao falar da mata, por exemplo, ele a cerca de mistério, ele a humaniza, engrandece ou diviniza. Assim, no início do segundo capítulo, na página 44 *"A mata dormia seu sono jamais interrompido... Era como um mar nunca explorado, cerrado no seu mistério. A mata era como uma virgem cuja carne nunca tivesse sentido a chama do desejo. E como uma virgem era linda, radiosa e moça, apesar das árvores centenárias. Misteriosa como a carne de mulher ainda não possuída..."*, ou na mesma página *"Os homens se encolheram com medo, a mata lhes infundia um respeito religioso. Não havia nenhuma picada, ali habitavam somente os animais e as assombrações. Os homens pararam o medo no coração"*, ou ainda adiante, na página 46 *"... Ali, na mata em meio da floresta, sobre os cipós em companhia das cobras venenosas,*

das onças ferozes, dos agoirentos corujões, estavam pagando pelos crimes cometidos aqueles que as maldições haviam transformado em animais fantásticos. Era dali que nas noites sem lua partiam para amedrontar o mundo(...) A mata! Não é um mistério, não é um perigo, nem uma ameaça. É um Deus!"

Temas, portanto, como a mata, o mar, a noite, o amor estão presentes do começo ao fim do romance, como em geral em todos os seus livros. Palavras ligadas a esses temas se repetem inúmeras vezes, quase que insistentemente, como: sangue, lua, vermelho, estrelas, música, e tantas outras. Mas o mais importante é que prosa e poesia se completam, se fecham numa unidade harmoniosa. Os momentos poéticos não estão soltos, não parecem demais, ao contrário são a contrapartida da prosa, se encaixam às descrições realistas com uma naturalidade muito grande. E se esses aspectos estão tão bem articulados é que eles constituem a maneira de ser do romancista, sua característica pessoal. Jorge Amado é ao mesmo tempo o observador atento, o homem sensível aos problemas sociais, o escritor engajado que quer nos transmitir suas idéias, sua visão de mundo, e também o homem profundamente ligado ao seu povo, próximo daqueles trabalhadores, daqueles marinheiros e prostitutas, amando de fato aquela gente, e transpondo poeticamente a sua emoção ao tratá-los. Essa ligação com o povo, essa aproximação com a vida daqueles lugarejos, a compreensão da cultura, do modo de ser daquele povo, responsável já pela escolha dos seus temas, já pela abordagem poético-realista, traz ainda outro elemento que caracteriza grande parte de sua obra, a incorporação do cancionero popular. Dos cantadores de feira, dos livrinhos de cordel, tira Amado muita matéria para a sua obra.

Em "*Terras do Sem Fim*" essa linha de inspiração está muito clara. Já de início ele nos fala das "histórias de espantar" que é o leitmotiv desta obra. E no capítulo

em que se dá o desfecho, do romance são reproduzidos versos que parecem vir diretamente do romanceiro popular, como por exemplo os da página 211:

*"Fazia pena, dava dó
tanta gente que morria
Cabra de Horácio caía
E caía dos Badaró..."*

*Rolava os corpos no chão,
Dava dor no coração
Ver tanta gente morrer,
Ver tanta gente matar."*

ou na página 212:

*"Braz, de nome Brasilino,
José dos Santos, se chamava,
Com ele fiava fino,
Mesmo do chão atirava,
Tando ferido, matava!"*

e tantos outros que aparecem neste capítulo.

Jorge Amado retoma essa poesia popular que ele quando garoto ouviu naquela região, entre os cantadores que narravam histórias de espantar. Utiliza, portanto, o folclórico, o popular como tema e como modelo na sua obra, o que não só serve para dar mais veracidade, mais cor local, como também para destacar o elemento tipicamente brasileiro, tipicamente baiano. Estas raízes tão claras, tão presentes na sua obra, esse mergulho nos costumes, nas tradições populares é um dos segredos da popularidade de Jorge Amado junto a essas mesmas camadas aonde ele vai buscar sua inspiração. Lembramos, por exemplo, que o poeta Rodolfo Cavalcanti baseou-se no romance de Jorge Amado "Tereza Batista, Cansada de Guerra" para escrever um folheto de cordel que traz o mesmo nome.

CONCLUSÃO

Na concepção e elaboração do nosso trabalho, partimos de certos conceitos sobre a arte e a literatura que, a nosso ver, mostravam de forma inequívoca a importância e o valor da obra de arte enquanto fonte e matéria de enriquecimento humano.

Segundo essas formulações, a obra de arte, a obra literária, seriam processos globais de apreensão da realidade, cuja especificidade não excluiria seu valor cognoscitivo mas permitiria pela sua natureza mais complexa e global um enfoque novo e mais profundo dos problemas reais do homem. De acordo com esses princípios teóricos, a arte é um reflexo da realidade, que existe independentemente da consciência, nas idéias, representações, sensações dos homens. A realidade neste caso seria considerada não como "*a soma dos fenômenos eventuais casuais e momentâneos*"¹ mas como captação da totalidade.

Não se trata, portanto, com a obra de arte, de "fotografar" a realidade ou de utilizar recursos formais abstratos, que prescindam da realidade, "*a verdadeira arte visa o maior aprofundamento e a máxima compreensão. Visa captar a vida em sua totalidade onicompreensiva. Quer dizer: ela, a verdadeira arte, aprofunda-se sempre na busca daqueles momentos mais essenciais que se acham ocultos sob a capa dos fenômenos, mas não representa esses fenômenos essenciais de maneira abstrata, fazendo abstração dos fenômenos e contrapondo-se àqueles, e sim apreende exatamente aquele processo dialético vital pelo qual a essência se transforma em fenômeno, se revela no fenômeno, fixando também aquele aspecto do mesmo processo segundo o qual o fenômeno manifesta, na sua mobilidade, a sua própria essência. Por*

¹ LUKÁCS, Georg. "*Ensaio sobre literatura*". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2a. ed., 1968.

*outro lado, esses momentos singulares não só contêm neles mesmos um movimento dialético, que os leva a superarem continuamente, mas se acham em relação uns aos outros numa permanente ação e reação mútua, constituindo momentos de um processo que se reproduz sem interrupção. A verdadeira arte, portanto, fornece sempre um quadro de conjunto da vida humana, representando-a no seu movimento, na sua evolução e desenvolvimento."*²

De acordo com essa concepção da obra de arte, o papel do sujeito criador é valorizado na medida em que está em jogo sua capacidade de apreensão e de recriação da realidade.

Cabe ao escritor, no caso da obra literária, transformar a particularidade individual em generalização, por seu esforço de reproduzir fielmente a realidade, embora utilizando a sensibilidade e a fantasia com as quais ele cria situações e formas cuja lógica interna supera seu posicionamento e suas idiossincrasias.

Não se trata de conceber um escritor sem opinião pessoal, sem aspirações, impassível, mas sim um escritor que não esteja interessado em fazer literatura de tese.

Naturalmente, já na escolha do tema, na maneira pela qual o escritor se posiciona em face dos acontecimentos, no destino que dá a suas criaturas, na forma como a vitória ou o fracasso de um projeto é apresentado, no modo como se relacionam suas personagens, sente-se a sua autenticidade e a sua capacidade criadora.

Por outro lado, a arte está intrinsecamente ligada à sociedade. Sendo uma criação do homem — um ser social — ela refletirá uma determinada sociedade e as relações do seu criador com os demais homens, e exercerá uma

² LUKÁCS, Georg, op. cit.

influência sobre esses homens graças a seu impacto ideológico ou emocional.

Convém entretanto lembrar que aqui se considera que *"de um ponto de vista verdadeiramente estético, a obra de arte não vive da ideologia que a inspira nem de sua condição de reflexo da realidade. Vive por si mesma, com uma realidade própria, na qual se integra o que ela expressa ou reflete. Uma obra de arte é, antes de mais nada, uma criação do homem, e vive graças à potência criadora que encarna. Este ponto de vista permite ver o desenvolvimento histórico da arte como um processo infinito que não se deixa encerrar nos limites de uma corrente determinada."*³

A aplicação dessas idéias estéticas se revela em trabalhos brilhantes de Lukács, ao analisar as obras daqueles escritores que ele considerava como grandes gênios criadores, Balzac, Goethe, Tolstoi, e mais tarde, em uma nova perspectiva, nos trabalhos de Lucien Goldmann ao analisar o "nouveau roman" francês, ou, entre nós, em autores como Antônio Cândido em "Dialética da malandragem", Roberto Schwarz em "Ao vencedor as batatas", para citar apenas aqueles que conhecemos melhor.

Nesta ordem de pensamento, acreditamos que a escolha da análise de uma obra literária como trabalho de tese nos permitiu perceber as diferentes funções que ela (a obra de arte) pode realizar: cognoscitiva, ideológica, educativa e simplesmente estética.

No estudo do romance *"Terras do Sem Fim"*, pudemos verificar a capacidade de apreensão da realidade que demonstra Jorge Amado ao nos recriar com seu universo ficcional a sociedade cacaueira do começo do século, na Bahia,

³VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. *"As idéias estéticas de Marx"*, 2a. ed. Editora Paz e Terra, 1978.

determinando os diferentes grupos sociais (coronéis, camadas médias, trabalhadores rurais) com suas respectivas relações e antagonismos. Pudemos também constatar sua visão de mundo na forma com que ele condena os desmandos e a violência daquela sociedade, com que ele vê o despotismo e a arrogância dos poderosos, a submissão e a impotência dos trabalhadores, assim como a ambiguidade e dependência dos grupos médios; ou na medida em que são denunciadas a injustiça social, a farsa da justiça e das instituições públicas, o papel da mulher ou a atuação da igreja.

Percebemos sobretudo que essas relações sociais e esses temas são importantes e convincentes pelo fato de não aparecerem esquemática e nuamente, mas através de um contexto (representação da realidade através da forma romanesca) em que, como na própria realidade, eles são mais complexos, mais ricos, ligando-se a uma série de ações e contra-ações, de sentimentos e de idéias que se desenvolvem e entrelaçam de forma coerente e una.

O nosso próprio processo de aprendizagem, os passos e o caminho percorrido para a realização desse trabalho, nos aponta esse "método dialético". De uma primeira impressão, quase de uma intuição do papel e do valor do romance "*Terras do Sem Fim*", partimos para uma tentativa de, tomando por base uma conceituação teórica mais aberta e que fugisse às velhas concepções da arte, analisar esta obra sob um novo ângulo.

Ao compreender que nesta obra estava reproduzindo um momento rico e decisivo da evolução da sociedade brasileira (o momento de transição da sociedade agrária tradicional para uma sociedade agrária nova que em sua esteira abria caminho à urbanização, com todas as implicações econômicas, sociais e culturais daí decorrentes) nos convencemos que, para realizar esta tarefa, teríamos de aprofundar nossos conhecimentos sobre a sociedade brasileira

da época, compreender melhor sua evolução histórica, econômica e política. Para em seguida, através do estudo comparativo de textos referentes a obras literárias que seguissem essa linha de preocupação, procurar estabelecer as homologias e as relações existentes entre a sociedade retratada no romance e aquela real na qual a narrativa se baseava. Tarefa longa e difícil, certamente cheia de falhas e de hesitações, que, no entanto, esperamos, tenha grosso modo respondido às perguntas que formulamos inicialmente e que, no fundo, dizem respeito à praxis do nosso trabalho de pesquisadores e educadores.

Neste sentido, consideramos portanto que a análise sociológica de *"Terras do Sem Fim"* constitui um tema educacional, no seu sentido mais amplo.

Não se tratou aqui de ver a realidade com os olhos de Jorge Amado, mas de utilizar a sua visão crítica, ampliando-a pela análise de outros documentos e estudos que tratam do assunto, para tentar assim captar melhor a realidade do período estudado e entender todo o alcance que pode ter uma obra literária.

Concluiríamos, fazendo nossas as palavras de Lucien Goldmann, em sua obra *"La Création Culturelle dans la Société Moderne"*: *"Se estas obras (filosóficas, literárias e artísticas) têm um valor privilegiado não somente para a pesquisa mas para os homens em geral, é na realidade porque elas correspondem àquilo a que tendem os grupos essenciais da sociedade, ao máximo de tomada de consciência que lhes é possível, e inversamente, o estudo destas obras, pela mesma razão é um dos mais eficazes — não diria o único nem o melhor — para conhecer a estrutura da consciência de um grupo, a consciência de um grupo e o máximo de adequação à realidade que ela pode alcançar"*.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: política e literatura*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- BARBOSA LIMA, Alexandre José. *Sistemas eleitorais e partidos políticos*. (por) Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1956.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo, Edições L. B., 1962.
- BASTIDE, Roger. "Les problèmes de la sociologie de l'art". In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. IV, 1948.
- . "Sobre o romancista Jorge Amado". In: *40 anos de literatura*. São Paulo, Martins, 1972.
- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1902)*. São Paulo, Editora Nacional, 1972.
- BLONDEL, Jean. *As condições da vida política no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Editora Cultrix, 1970.
- CANDIDO, Antonio; CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da literatura brasileira. Modernismo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1981.
- et alii. *A personagem de ficção*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1970.
- . "Dialética da malandragem (Caracterização das Memórias de um Sargento de Milícias)". In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1970, nº 8.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina, Ensaio de interpretação sociológica*. 5a. ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Dos governadores militares a Prudente-Campos Salles". In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano - Estrutura de poder e economia (1889-1930)* São Paulo, Difel, 1977, T. III, v. 1.

CARONE, Edgard. *A Primeira República*. São Paulo, Difel, 1969, v. 1 e 2.

CAVALCANTI PROENÇA, M. *Estudos literários*. Rio de Janeiro, Livraria José Olimpio Editora, 1971. Col. Documentos Brasileiros.

COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro. Editorial Sul Americana S.A., 1969. v. 4.

DIAGNÓSTICO SOCIOECONOMICO DA REGIÃO CACAUEIRA. História Econômica e Social. CEPLAC, v. 8.

FAUSTO, Boris. "Expansão do café e política cafeeira". In: *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano - Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1977, T. III, v. 1.

FILHO, Adonias. *Sul da Bahia: chão de cacau, uma civilização regional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

_____. *O romance brasileiro de 30*. Rio de Janeiro, Bloch Editores S.A., 1969.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 7a. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. *Análise do "modelo" brasileiro*. 5a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

GOLDMANN, Lucien. *Pour une sociologie du Roman*. Paris, Gallimard, 1964.

_____. *La création culturelle dans la société moderne*. Paris, Denoel/Gonthier, 1971.

GOLDMANN, Lucien. *Le Dieu caché: étude sur la vision tragique dans les pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris, Gallimard, 1955, p. 108.

_____. "Le Théâtre de Genet, Essai d'Etude Sociologique". In: *Sociologie de la littérature*. Université Libre de Bruxelles, Editions de l'Institut de Sociologie, 1966.

GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

HUSSEINI, Ma. Marta Guerra. "Literatura de cordel enquanto meio de comunicação no nordeste brasileiro". *Separata da Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, 1976, jan./dez.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo uma política de compromissos*. 3a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1974.

LAVIGNE, Eusíbio. *Regionalismo literário*. Rio de Janeiro, Edições Gernasa, 1971.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. (O município e o regime representativo no Brasil). 2a. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LEENHARDT, Jacques. *Lecture politique du Roman*, Les Editions Minuit.

LIMA, Alceu Amoroso. "Gabriela ou o crepúsculo dos coroneis". In: *40 anos de literatura*. - São Paulo, Martins, 1972.

LITTERATURA Y SOCIEDAD. Problemas de metodologia en sociología de la literatura. (Coletânea de artigos de R. Barthes; H. Lefebvre; L. Goldmann e outros). Barcelona, Ediciones Martinez Roca S/A, 1969.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1970.

LUKÁCS, Georg. *La théorie du Roman*. Paris, Denoel/Gonthier, 1975.

_____. *Le réalisme critique*. Paris, Gallimard, 1960.

_____. *Ensaio sobre literatura*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,

_____. *Sociologia*, organizador (da coletânea) José Paulo Netto; (tradução José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho). São Paulo, Editora Ática, 1981.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*. São Paulo, Difel, 1961.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

MONIZ DE ARAGÃO, Antonio Ferrão. *A Bahia e os seus governadores na República*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

NOVAES COELHO, Nelly. *O ensino da literatura*. São Paulo, Editora F.T.D. S/A, 1966.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. 2a.ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

_____. *A economia da dependência imperfeita*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889 - 1934). A Bahia na Primeira República Brasileira*. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira,

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Estado e subdesenvolvimento industrializado*. 2a. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. "O coronelismo numa interpretação sociológica". In: Fausto, Boris (dir.). *História da civilização brasileira*. O Brasil Republicano - Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, Difel, 1975, T. III, v. 1.

———. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Classes médias urbanas; Formação, natureza, intervenção na vida política". In: Fausto, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Republicano - Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, Difel, 1975, T. III, v. 1.

REALISMO: Mito, doutrina o tendência histórica? (Coletânea de artigos de G. Lukács; T.W. Adorno; R. Jacobson; E. Fisher e outros). Buenos Aires, Editorial Tiempo Contemporáneo, 1969.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 2a. ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1981.

———. "Pressupostos, salvo engano, de "dialética da malandragem". In: *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro, 1979, nº 13.

SOCIOLOGIA DA ARTE (Coletânea de artigos de G. Lukács; L. Goldmann; J. Duvigneaud e outros). Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966.

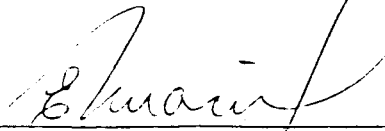
SOCIOLOGIA DE LA CREACIÓN LITERARIA (Coletânea de artigos de L. Goldmann; J. Leenhardt; G.N. Pospelov; Umberto Eco; G. Lukács e outros). Buenos Aires, Ediciones Nueva: Visión, 1971.

TATI, Miécio. "Estilo e revolução no romance de Jorge Amado". In: *40 anos de literatura*. São Paulo, Martins, 1972.

TAVARES, Paulo. *O baiano Jorge Amado e sua obra*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1980.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *As idéias estéticas de Marx*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.

Dissertação apresentada aos senhores

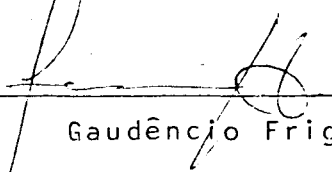


Elter Dias Maciel

Nome dos compo
nentes da ban
ca examinadora



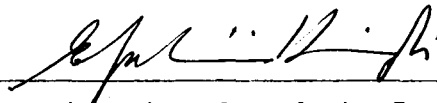
Maria Thereza Indiani de Oliveira



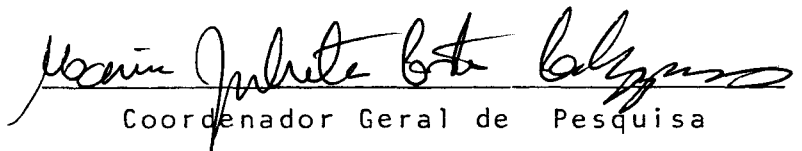
Gaudêncio Frigotto

Visto e permitido a impressão

Rio de Janeiro, / /



Coordenador Geral de Ensino



Coordenador Geral de Pesquisa